

## Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

### A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | **Marcio Pochmann:** Trabalho imaterial e redução da jornada de trabalho

PÁGINA 08 | **Ricardo Antunes:** “Um 1º de maio getulista em plena era lulista”

PÁGINA 12 | **José Dari Krein:** Não basta reduzir a jornada de trabalho. É necessário fiscalizar

PÁGINA 16 | **Waldemar Rossi:** O mundo do trabalho no Brasil. Mudanças e desafios

PÁGINA 20 | **Marco Aurélio Santana:** Mais produção, menos trabalhadores: as transformações do mundo do trabalho

PÁGINA 23 | **José Ricardo Ramalho:** Trabalho flexível: a crise das representações trabalhistas

PÁGINA 25 | **Francisco Weffort:** Osasco: uma lembrança simbólica

### B. Destaques da semana

» Filme da Semana

PÁGINA 29 | *Serras da desordem*, de Andrea Tonacci

» Invenção

PÁGINA 31 | **Andréa Catrópa**

» Análise de Conjuntura

PÁGINA 34 | **Destaques On-Line**

### C. IHU em Revista

» Agenda de Eventos

PÁGINA 38 | **Sônia Maria Bley:** O preço do silêncio: mulheres que se calam sofrem conseqüências violentas nas relações conjugais

» Perfil Popular

PÁGINA 40 | **Edson André Cunha Tomassin**

» IHU Repórter

PÁGINA 42 | **Mario Henrique Macagnan**



UNISINOS



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

## Trabalho imaterial e redução da jornada de trabalho

A redução da jornada de trabalho pode ser o caminho para compensar o desequilíbrio da repartição de renda e riqueza no Brasil, considera Marcio Pochmann

POR PATRICIA FACHIN

Com a elevação da taxa de juros, haverá uma “piora na distribuição de renda brasileira e um aumento nos gastos do governo”, avalia Marcio Pochmann, economista e presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Para ele, “todas as decisões tomadas em relação à política macroeconômica, seja fiscal ou monetária, tem implicações inegáveis no nível de emprego, nas condições de contratação e remuneração dos trabalhadores”.

Em entrevista concedida à IHU On-Line por telefone o economista defende uma jornada de trabalho de 12 horas semanais. Segundo ele, essa medida é viável uma vez que estamos numa “fase em que aumenta a produtividade imaterial”. Pochmann lembra que esse modelo de produção “beneficia apenas as grandes corporações. As 50 maiores empresas do mundo, por exemplo, têm faturamento superior a cem países do mundo”.

Marcio Pochmann é doutor em Economia e professor do Instituto de Economia da Unicamp. Entre seus livros, destacamos *Políticas do trabalho e de garantia de renda - O capitalismo em mudança* (São Paulo: Editora São Paulo); *E-trabalho* (São Paulo: Publisher Brasil, 2002) e *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade* (São Paulo: Cortez, 2002).



Divulgação

**IHU On-Line - Para muitos, estamos transitando da sociedade industrial para a pós-industrial, da sociedade fordista para a pós-fordista. Quais são as principais características dessa transição e como ela impacta a realidade do trabalho?**

**Marcio Pochmann** - Nesse início de século, temos vários movimentos que dão conta de uma grande heterogeneidade de situações. Há aqueles que identificam justamente esse marco da construção de uma sociedade associada ao serviço, partindo do pressuposto que nós tivemos uma primeira fase em que a organização econômica se encontrava nas atividades agrárias. Posteriormente, com o avanço do capitalismo tivemos uma melhoria na parte urbana e industrial, na produção de manufaturas. Por consequência disso, estaríamos agora numa nova fase em que a maior importância das

**“O nosso desafio é construir uma ponte entre o pré-fordismo e as novas formas de organização da produção. Isso implica um conjunto de políticas públicas do ponto de vista industrial, comercial, tecnológico”**

atividades econômicas e ocupacionais estariam associadas ao serviço. O conceito de sociedade pós-industrial tem a ver com essa dinâmica centrada no setor terciário da economia. É verdade que desde os anos 1950 o centro da economia mundial já apontava essa perspectiva.

Quando olhamos o mundo como um todo, verificamos, com um certo atraso, que até o final do século passado a maioria das ocupações no

mundo estavam ainda centradas nas atividades agrícolas. Agora, com a expansão na Ásia, sobretudo, assistimos uma mudança substancial em que a maior parte da ocupação já está pertencendo ao setor urbano. Se usarmos como referência os países do centro do capitalismo mundial, podemos dizer que está ocorrendo uma nova fase de expansão centrada no setor terciário. Mas isso ainda não é tão significativo quando olhamos o conjunto de

## “Estamos diante de uma produtividade gerada pelas novas possibilidades de trabalho, ou seja, fora do local de trabalho”

países, já que muitas regiões se encontram atrasadas no ponto de vista do desenvolvimento econômico.

**IHU On-Line - Que aspectos são centrais ao pensar a situação do trabalho na atualidade?**

**Marcio Pochmann** - Considero importante pensar na mudança da divisão internacional do trabalho. Assistimos, na conjuntura atual, um deslocamento do centro dinâmico da economia concentrada até então nos EUA, que se desloca agora para Ásia, onde a China ganha destaque. Essa situação, guardadas as devidas proporções, pode ser comparada ao que ocorreu na passagem do século XIX para o século XX, quando houve o deslocamento do centro dinâmico da Europa para a América. Esse deslocamento foi importante, porque reconfigurou um novo marco na organização e percepção da condução do emprego.

Agora, em função do modelo de produção asiático, que tem como objeto fundamental a profunda redução dos custos, temos uma incorporação significativa dos segmentos de menor renda em consumo de bens. Ao contrário do que era marca da conjunção fordista, em que um automóvel custava 20 mil dólares, hoje, devido à produção asiática, ele custa quatro mil dólares. Essa mudança faz com que cada vez mais a China se transforme na grande oficina do mundo, enquanto a Índia passa a ser o escritório do planeta e a América do Sul, uma grande fazenda do mundo. Assim, essa divisão ocasional do trabalho impõe constrangimentos para aqueles países que, como o Brasil, pretendem ser uma exceção diferenciada na economia mundial.

**IHU On-Line - Alguns setores industriais cresceram e o desemprego parece estar escondido. Entretanto, o sistema industrial brasileiro tem**

**sido refém de um fordismo tardio? A produção industrial alcança padrões de excelência fabril, mas é relativamente retrograda no seu cerne organizativo e tecnológico, como defende Mangabeira?**

**Marcio Pochmann** - Concordo com essa posição. O fordismo é tardio porque a industrialização foi tardia no Brasil. Nós começamos a construir automóveis na segunda metade da década de 1950, quando o homem se

**“Todos estão trabalhando muito mais. Isso faz com que as pessoas durmam com o trabalho e sonhem com ele. Todo esse esforço com a atividade produtiva imaterial está gerando uma ação brutal da riqueza”**

preparava para ir à lua. Percebe-se que parte significativa do setor produtivo brasileiro se encontra numa fase pré-fordista e, sobretudo, as micro e pequenas empresas que não têm acesso a crédito, à tecnologia. Por outro lado, o principal centro de condução industrial, ou seja, a região Sudeste está muito identificada com o tipo de produção tardia. Por isso, é necessário estimular que as atividades pré-fordistas realizadas em muitas regiões brasileiras não passem do pré-fordismo para o fordismo e pos-

teriormente para o pós-fordismo. O nosso desafio é construir uma ponte entre o pré-fordismo e as novas formas de organização da produção. Isso implica um conjunto de políticas públicas do ponto de vista industrial, comercial, tecnológico.

**IHU On-Line - O senhor propõe uma jornada de trabalho de quatro horas diárias, três vezes por semana. Como mudar essa jornada sem reduzir salários e beneficiar o trabalhador?**

**Marcio Pochmann** - Essa discussão na forma como apresento tem um conteúdo diferente do tradicionalmente evocado. Temos dois tipos de debate sobre a reforma da jornada de trabalho. Um é justamente aquele que propõe a redução de 44 horas para 40 ou 35 horas, como foi feito na França. Desde o século XIX, essa discussão da redução da jornada e o aumento do número de trabalhadores são diferentes daquela feita pelos trabalhadores anarco-sindicalistas, que tinham por objetivo a redução da jornada para reduzir as perdas dos trabalhadores.

O novo sindicalismo defende a redução da jornada como uma medida de ampliação do emprego, entendendo principalmente o lucro como elemento chave para propiciar mais investimentos e, conseqüentemente, elevar o nível de emprego.

Na minha proposta, a redução significativa da jornada de trabalho tem outra fundamentação. Em primeiro lugar, não há razão técnica que justifique a jornada de trabalho tão elevada como temos hoje, em função justamente da expansão da produtividade imaterial. Em segundo lugar, deve-se ao reconhecimento de que estamos numa fase em que aumenta a produtividade imaterial. Assim, estamos diante de uma produtividade gerada pelas novas possibilidades de trabalho, ou seja, fora do local de trabalho. Todos estão trabalhando muito mais. Isso faz com que as pessoas durmam com o

**“Cabe aos trabalhadores perceber que estamos diante de uma oportunidade inédita de repensar todo o sistema trabalhista, já que esse debate propõe rever, além da jornada, as formas de contratação”**

trabalho e sonhem com ele. Todo esse esforço com a atividade produtiva imaterial está gerando uma ação brutal da riqueza. Esse trabalho imaterial beneficia apenas as grandes corporações. As 50 maiores empresas do mundo, por exemplo, têm um faturamento que é superior a cem países do mundo. Assim, vejo que a redução drástica da jornada de trabalho seria um elemento chave para compensar o desequilíbrio que estamos assistindo em termos da repartição da renda e da riqueza.

**IHU On-Line - Como o senhor percebe a negociação para a aprovação da emenda constitucional que reduz a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais? Segundo a proposta, os trabalhadores abririam mão de aprovar a ratificação pelo Brasil da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).<sup>1</sup> Essas iniciativas são vantajosas para os trabalhadores?**

**Marcio Pochmann** - Percebo essa situação de forma positiva, já que os patrões estão se colocando como atores de uma negociação. Até agora, o tema da redução da jornada de trabalho era uma vontade dos trabalhadores e, em contrapartida, sem grande condicionamento patronal. Entretanto, resalto que o fato dos empregadores oferecerem uma proposta é uma indicação

1 A Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) veta a dispensa do trabalhador sem justa causa. (Nota da IHU On-Line)

clara de que eles estão abertos para negociação. Se cabe ou não aceitar a redução da jornada combinada com outras modalidades, como está sendo levantado agora, é uma decisão dos trabalhadores. Entretanto, cabe a eles perceber que estamos diante de uma oportunidade inédita de repensar todo o sistema trabalhista, já que esse debate propõe rever, além da jornada, as formas de contratação.

**IHU On-Line - A elevação dos juros na última semana e o aumento da dívida interna brasileira trazem algum impacto para o mundo do trabalho e especificamente para os trabalhadores?**

**Marcio Pochmann** - Todas as decisões tomadas em relação à política macroeconômica, seja fiscal ou monetária, têm implicações inegáveis no nível de emprego, nas condições de contratação e na remuneração dos trabalhadores. A elevação da taxa de juros tem implicações no âmbito dos custos daqueles que estão endividados. O aumento gasto com o pagamento de juros, em função da elevação da dívida pública, implica um volume de recursos superior ao que o governo vai gastar nesse ano com o Bolsa Família. Então, esse aumento de recursos vai diretamente para os ricos. Isso significa uma piora na distribuição da renda brasileira e um aumento nos gastos do governo. Interessante que o pensamento liberal, sempre contra o gasto do governo, não fala nada em relação aos impactos do aumento dos gastos que o governo vai ter pela simples elevação da taxa de juros.

Há questões também preocupantes com o aumento da taxa de juros, pois

#### LEIA MAIS...

>> Confira na nossa página eletrônica entrevistas concedidas por Marcio Pochmann à IHU On-Line, e alguns de seus artigos, reproduzidos. Acesse [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu).

#### Entrevistas:

- \* A crise da sociedade do trabalho - IHU On-Line nº 98, de 26-04-2004;
- \* Reforma sindical e trabalhista em debate - IHU On-Line nº 138, de 25-04-2005;
- \* “Há uma transformação no mundo do trabalho, que veio para ficar” - IHU On-Line nº 216, de 23-04-2007;
- \* “Estamos passando por uma desindustrialização relativa” - IHU On-Line nº 218, de 07-05-2007.

passamos a ter o risco de não termos a continuidade do ciclo de investimentos que temos agora, já que se torna cada vez mais interessante deixar o dinheiro no sistema financeiro do que aplicar produtivamente na economia nacional.

**IHU On-Line - Como o senhor percebe a relação das centrais sindicais com o governo? O trabalhador ganha vantagens com essa parceria?**

**Marcio Pochmann** - Essa pluralidade da cúpula sindical tem tido uma convergência em termos de ações como a defesa do salário mínimo e a elevação do reajuste da tabela do imposto de renda. Isso mostra que essa convergência na cúpula tem repercutido positivamente não apenas para os sindicatos, mas também para os trabalhadores. No que se refere à transferência de recursos para as centrais sindicais, penso que essa iniciativa seja importante. Entretanto, precisamos considerar que essa verba é inferior ao que é transferido para as entidades patronais, na medida em que elas administram o Sistema S (Sesi, Senai, Senac, Sebrae, Sesc), que apresenta uma soma estimada em torno de R\$ 8 bilhões.

#### BAÚ DA IHU ON-LINE

>> Confira no sítio do IHU ([WWW.unisinos.br/ihu](http://WWW.unisinos.br/ihu)) as edições da IHU On-Line que já trataram do mundo do trabalho:

\* 1º de maio. Festejar O quê?  
Edição: 15  
Data: 29/04/2002

\* 1º DE MAIO: Trabalho e memória  
Edição: 57  
Data: 28/04/2003

\* A crise da sociedade do trabalho Edição: 98  
Data: 26/04/2004

\* Reforma Sindical e trabalhista em debate  
Edição: 138  
Data: 25/04/2005

\* As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho  
Edição: 161  
Data: 24/10/2005

\* Trabalho. As mudanças depois de 120 anos do 1º de maio.  
Edição: 177  
Data: 24/04/2006

\* O trabalho no capitalismo contemporâneo. A nova grande transformação e a mutação do trabalho  
Edição: 216  
Data: 23/04/2007



## “Um 1º de maio getulista em plena era lulista”

Para Ricardo Antunes, no Brasil ainda se aplica a política trabalhista fundamentada por Getúlio Vargas

POR PATRICIA FACHIN

“**A** individualização das relações de trabalho, a busca por participação dos lucros das empresas e a tendência de quebrar o espírito de solidariedade de classe são tentativas do capital para desestruturar e fragmentar ainda mais a classe trabalhadora.” A opinião é de Ricardo Antunes, sociólogo. Ao comentar uma possível reforma trabalhista, ele reforça que o capital pretende destruir os direitos conquistados entre as décadas de 1930 e 1970.

Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, Antunes compara o governo atual com a era getulista e afirma que o “neodesenvolvimento atual é mais regressivo do que foi no passado, quando ainda tinha um certo sentido industrial”. Ao criticar a relação entre as centrais sindicais e o governo, o pesquisador ironiza, dizendo que, no 1º de maio deste ano, a CUT e a Força Sindical vão transformar o dia do trabalhador num “dia de festa de pão e circo”.

Ricardo Antunes é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Foi Visiting Research Fellow na Universidade de SUSSEX, Inglaterra. Doutorou-se em Sociologia, pela Universidade de São Paulo (USP), e fez mestrado em Ciência Política no IFCH-Unicamp. Publicou, dentre outros livros, *Adeus ao Trabalho?* (São Paulo: Cortez, 2000, publicado também na Itália, Espanha, Argentina, Colômbia, Venezuela e México); *Os sentidos do trabalho* (São Paulo: Boitempo, 2000, publicado também na Argentina e Itália) e *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (São Paulo: Boitempo, 2007).

**IHU On-Line - O senhor concorda com a teoria de que estamos passando de um modelo fordista para o pós-fordista? Ou o que ocorre é uma reestruturação desses modelos nos novos postos de trabalho?**

**Ricardo Antunes** - Essa é uma questão complexa. No século XX, o capitalismo teve uma forma produtiva dominante dada pelo binômio taylorismo/fordismo. Embora esses sejam movimentos distintos, eles (taylorismo e fordismo) realizaram um “casamento feliz” para o capitalismo. O controle do cronômetro e a gerência científica, ambos oriundos do taylorismo, se fundiram e iniciaram a produção em série de massa fordista.

Para se manter, devido à crise estrutural que aflorou entre 1968 e 1973, o capitalismo precisou buscar formas

produtivas alternativas que procurassem suprir alguns dos seus limites mais profundos, presentes no taylorismo/fordismo. Fundamentalmente, o sistema de capital precisava de um padrão de produção mais flexível, “enxuto”, atrelado ao mercado consumidor, de modo que fosse possível se contrapor às crises de superprodução. Assim, buscou-se um modelo de produção mais fundamentado no avanço da maquinaria informacional e capaz de desestruturar a força coletiva presente na figura do operário-massa, que marcou as lutas sociais durante o período do taylorismo e do fordismo.

Foi quando o capitalismo ocidental encontrou e experimentou o toyotismo no Japão, oriundo da Toyota, do Pós-Segunda Guerra. Ele conheceu

também o exemplo da terceira Itália, no norte da Itália, com empresas flexíveis como a Benetton, entre tantas outras reestruturações produtivas que estavam ocorrendo. Esses novos projetos de produção dentro do capitalismo assumiram a forma da empresa flexível, na qual o toyotismo teve o maior impacto. Entretanto, no Japão, ele apresentou traços particulares. A sua “ocidentalização” se deu através de diversas adaptações. Cito como exemplo o emprego vitalício que o sistema Toyota preserva no Oriente e que jamais foi determinante no Ocidente.

A chamada empresa de tipo flexível tem elementos de continuidade em relação ao fordismo, mas apresenta também claros elementos de descon-tinuidade. Diria que, ainda que o for-



Foto: Angelina Perri  
DIVULGAÇÃO

dismo e o taylorismo tenham presença em várias partes do planeta e tenham marcado características que irão continuar no mundo produtivo de serviços, todas as empresas capitalistas modernas existentes hoje devem utilizar elementos pós-fordistas e pós-tayloristas. Há empresas e ramos que ainda são muito tayloristas/fordistas, mas todas elas devem assimilar elementos como *just in time*, *Kanban*, círculo de qualidade e processo qualitativo total. Esses elementos são típicos do toyotismo e de outros elementos flexíveis distintos da era taylorista/fordista.

**IHU On-Line - O senhor afirma que presenciamos uma clara hibridez entre formas remanescentes do fordismo/taylorismo com elementos oriundos do chamado toyotismo. O que tem mudado no mundo do trabalho a partir dessa hibridez?**

**Ricardo Antunes** - Tem mudado muita coisa. A Volkswagen do Brasil chegou a ter, no início dos anos 1980, mais de 40 mil trabalhadores. Hoje, a empresa possui bem menos que 20 mil. Uma planta como a Volkswagen do ABC, que era uma fábrica-cidade operária, hoje, tem áreas completamente vazias, porque para a empresa capitalista moderna não faz sentido manter uma empresa com 40 mil trabalhadores dentro de uma única unidade produtiva. Então, a Volkswagen possui uma planta em Rezende, onde muitos trabalhadores são terceirizados. Quais são as conseqüências desse processo? A classe trabalhadora não é mais formada por operários especializados do tipo taylorista/fordista, e sim por trabalhadores chamados de “polivalentes”, “multifuncionais” que trabalham em equipe, vivem uma intensa exploração do trabalho – também se vivia essa exploração na época taylorista/fordista –, mas hoje ela é marcada por uma competição entre interequipes e células de trabalhos. A individualização das relações de trabalho, a busca por participação dos lucros das empresas, a tendência de quebrar o espírito de solidariedade de classe e a restrição para a atuação do sindicato combativo dentro da fábrica são tentativas do capital para desestruturar e desorganizar ainda mais a classe trabalhadora. Essa é a principal conseqüência negativa de

tais mudanças. Com essa atitude, surge a idéia falaciosa de que os trabalhadores não são mais operários e sim “colaboradores”, “parceiros”, “consultores”. Isso visa a dissimular a contradição que existe entre a totalidade do trabalho social, de um lado, e a totalidade do capital, de outro.

**“Ainda que o fordismo e o taylorismo tenham presença em várias partes do planeta e tenham marcado características que irão continuar no mundo produtivo de serviços, todas as empresas capitalistas modernas existentes hoje devem utilizar elementos pós-fordistas e pós-tayloristas”**

**IHU On-Line - Ao falar sobre a morfologia do trabalho no Brasil, o senhor constatou que não há mais uma precarização circunstancial, e sim uma precarização estrutural do trabalho. A que o senhor atribui essa mudança?**

**Ricardo Antunes** - O livro coletivo chamado *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, que publicamos no ano passado pela editora Boitempo, nos permitiu chegar à conclusão de que temos várias formas de precarização. O mundo do capital, em razão de sua lógica de competitividade global, tem uma tendência destrutiva. Esta minha tese – da precarização estrutural do trabalho em escala global – é conseqüência da lógica destrutiva do capital hoje vigente, dos Estados Unidos à

China; e, dentro dessa lógica, a precarização do trabalho deixou de ser uma manifestação contingente para se tornar numa manifestação perene.

**Exemplo gaúcho**

A região do Vale do Sinos, por exemplo, que até há uma década e meia tinha um forte parque produtivo da indústria de calçados, perdeu espaço para a concorrência mundial, indiana, asiática, chinesa. Muitas das plantas que existiam no Rio Grande do Sul foram transferidas para o Nordeste em busca de trabalho com menor nível de remuneração e de organização de classe. Além disso, várias dessas unidades já migraram para a China, em busca de uma ainda maior exploração do trabalho. A precarização de 800 milhões de trabalhadores que compõem a população economicamente ativa da China mostra que os capitalistas, em escala mundial, não querem mais explorar no padrão mexicano, brasileiro ou latino-americano. Eles querem um patamar de exploração global de trabalho que atinja o patamar mais baixo dado pelo salário nominal do trabalho chinês (ainda que desconsiderem as diferentes condições de vida em cada país).

**IHU On-Line - Nesse cenário de precarização do trabalho, a legislação trabalhista precisa ser reformulada?**

**Ricardo Antunes** - O capital quer reformar a legislação trabalhista porque pretendem destruir ainda mais os direitos do trabalho. Há uma tendência global do capital em destruir a legislação do trabalho que foi conquistada entre os anos 1930 e 1970 do século passado. Em países como o Brasil, durante o getulismo e, na Argentina, com o peronismo, conseguiu-se, por meio da luta operária, um patamar de conquistas sociais. No caso brasileiro, os direitos trabalhistas estão consubstanciados na CLT. Entretanto, cabe lembrar que a CLT precisa ser vista com dupla face. Por um lado, ela consubstanciou avanços nos direitos do trabalho, como o descanso semanal remunerado, férias, décimo terceiro etc. Por outro lado, ela é altamente nefasta porque subordina os sindicatos ao Estado.

Para os trabalhadores, não é conveniente alterar a legislação trabalhista

## “Se a jornada de trabalho é de 8 horas por dia, eles devem lutar para reduzir a carga horária para 6, 5, 4 horas, sem redução de salário e sem perda de direitos”

agora, no que diz respeito aos direitos do trabalho, porque seria uma alteração comandada pelos interesses do capital e para pior. A única mudança que interessa à classe trabalhadora é manter as conquistas atuais e avançar para uma vida dotada de maior sentido dentro e fora do trabalho. Se a jornada de trabalho é de 8 horas por dia, eles devem lutar para reduzir a carga horária para 6, 5, 4 horas, sem redução de salário e sem perda de direitos. Até porque nós sabemos que, com o patamar tecnológico atingido pelo capitalismo nas últimas décadas, seria possível trabalhar quatro horas diárias, três dias por semana, tendo um tempo plenamente livre muito maior do que o tempo que temos hoje. E este tempo, diga-se de passagem, “não é livre”, pois, no tempo de “não-trabalho”, os trabalhadores se martirizam para se qualificarem e não perderem o emprego. As barreiras entre o tempo de trabalho fora e dentro de casa estão mais nubladas.

**IHU On-Line - Hoje, as pessoas trabalham muito mais do que 8 horas por dia. Como ficam as relações entre os trabalhadores e trabalhadores x empresas nesse novo contexto? Os direitos estão previstos na lei, mas como aplicar essa lei às empresas, beneficiando o trabalhador?**

**Ricardo Antunes** - Aqui, temos dois desafios muito importantes. Desde os anos 1970, vivemos o que Octavio Ianni<sup>1</sup> chamou uma “contra-revolução burguesa de amplitude global”, responsável pela destruição de postos de trabalho. O primeiro patamar de luta é resistir para que essas imposições do capital sejam rechaçadas. Na década de 1990, entrou no Brasil, de

forma pesada, o banco de horas. Alguns sindicatos aceitaram e outros recusaram essa negociação/imposição, porque perceberam que isso era uma forma de fraudar a jornada de trabalho regulamentada. Em segundo lugar, devemos compreender o que venho denominando como *a nova morfologia do trabalho*. E, a partir daí, reorganizar a luta em defesa da totalidade do trabalho contra a totalidade do capital.

Dou um exemplo simples, no plano sindical: na indústria de Franca, em São Paulo, por exemplo, havia uma enorme transferência de trabalho das empresas para as casas. Dentro das residências, as mulheres costuravam sapatos e pediam ajuda dos filhos. Isso ampliou ainda mais a exploração do trabalho feminino e infantil. Sabe o que o sindicato dos trabalhadores fez? Combateu a terceirização, e o Ministério Público do Trabalho passou a restringir a terceirização. Isso é uma forma de luta, diferente de se aceitar a flexibilização. O princípio não é flexibilizar para perder direitos, mas, sim, alterar a legislação trabalhista, a fim de conquistar novos direitos.

A média de vida dos trabalhadores da cana-de-açúcar, por exemplo, está menor do que o da época da escravidão, segundo algumas pesquisas. Isso nos obriga a ter uma legislação que impeça essa degradação do trabalho. Estamos percebendo, em escala global, uma ressurreição do trabalho escravo e semi-escravo. Essa precarização caminha por todas as áreas do trabalho. Dou outro exemplo, em outro plano. No ano passado, ocorreram cerca de cinco ou seis suicídios de gestores da Renault na França, porque eles eram responsabilizados por projetos fracassados. Ou seja, se um projeto novo fracassa, os seus organizadores são considerados responsáveis.

Quero dizer, então, que entramos num mundo do trabalho pendular, que oscila entre a perenidade e a superfrui-

ção do trabalho. Do lado da perenidade, cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, com uma jornada ilimitada, às vezes chegando a 16 horas por dia. Do outro lado desse pêndulo, a superfluidade, onde encontramos cenas degradantes em que as pessoas precisam trabalhar em cinco ou seis empregos para ter um salário que não corresponde a uma vida digna. No final de tal pêndulo, temos ainda o desemprego estrutural. Como combater esse cenário? Não se pode permitir que os trabalhadores/as vivam a exaustão do trabalho. Me recordo, aqui, da bandeira de 1968: “Chega de perder a vida pensando em ganhá-la”. Pensa-se em trabalhar, trabalhar, trabalhar, para um dia se viver bem, o que nunca ocorre! Chega de viver a exaustão do trabalho, porque a vida pode ter sentido fora do trabalho se for dotada de sentido dentro do trabalho. O que supõe romper o sistema de metabolismo social do capital, para lembrar Mézáros.<sup>2</sup> O que também repõe, decisivamente, a questão do socialismo em pleno século XXI.

**IHU On-Line - Como o senhor percebe a negociação para a aprovação da emenda constitucional que reduz a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais?**

**Ricardo Antunes** - A redução da jornada de trabalho é uma bandeira decisiva. Fundamentalmente, ela consegue unir os que estão empregados com os que não estão. Reduzindo a jornada dos que trabalham, se abre espaço para os que não trabalham. Assim, essa iniciativa articula duas bandeiras decisivas: o direito ao trabalho em tempo reduzido e o controle do tempo no trabalho e fora dele. E permite outra reflexão central: a classe trabalhadora pode se questionar, “produzir o que e para quem?” E, então, os trabalhadores estarão confrontando um dos pilares centrais do sistema de metabolismo social do capital.

Há alguns anos, o governo francês decretou a redução da jornada de traba-

<sup>1</sup> Octavio Ianni (1926-2004): sociólogo brasileiro, foi um dos fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Aposentado compulsoriamente, teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5 em 1969. Em suas pesquisas especializou-se na análise do populismo e do imperialismo. Fez parte da chamada “Escola Paulista de Sociologia”, cuja principal referência é Florestan Fernandes. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> István Mézáros (1930): filósofo húngaro. É considerado um dos mais importantes intelectuais marxistas da atualidade. Entre suas obras, destaca-se *Para além do capital* (Boitempo Editorial: São Paulo, 2002). (Nota da IHU On-Line)



## “Percebo tristemente um processo de reestatização dos sindicatos brasileiros, principalmente a partir das centrais sindicais dominantes”

lho. A partir desse período, se iniciou um embate pesado entre as forças do capital e do trabalho. As forças aliadas do trabalho atuavam no sentido de preservar e reduzir a jornada de trabalho e as forças do capital defendiam a ampliação da carga horária. Sempre que os trabalhadores tentarem reduzir a jornada de trabalho, o capital ira querer compensar isso com outras medidas. Por isso, é preciso que o movimento dos trabalhadores saiba que qualquer avanço efetivo encontrará, por parte do capital, resistências muito fortes. Se formos pensar no que pode acontecer negativamente a partir de uma luta, não daríamos passo nenhum.

**IHU On-Line - Como o senhor percebe a atuação das centrais sindicais atualmente? Qual é a sua avaliação da relação delas com o governo?**

**Ricardo Antunes** - Percebo tristemente um processo de reestatização dos sindicatos brasileiros, principalmente a partir das centrais sindicais dominantes. O sindicalismo pelego, estatista, criado em 1931 com Getúlio Vargas,<sup>3</sup> perdeu fortemente até a Constituição de 46 e se manteve no decorrer das décadas seguintes. Em 1964, com o golpe militar, foi ainda mais intensificada a subordinação dos sindicatos ao estado. Na Constituição de 88, uma parte da estrutura sindical foi liberalizada, mas ainda se mantiveram alguns pilares que subordinavam os sindicatos ao Estado.

Recentemente, o governo Lula to-

<sup>3</sup> O ex-presidente brasileiro foi tema da primeira edição dos Cadernos IHU em formação, publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU. O Caderno intitula-se *Populismo e trabalhismo: Getúlio Vargas e Leonel Brizola*. O conteúdo também está disponível em [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu). (Nota da IHU On-Line)

mou uma decisão muito nefasta, acentuando o que eu chamo de neogetulismo da era lulista. As centrais sindicais garantiram o direito de abocanharem o imposto sindical. Todos sabemos que, quando a CUT surgiu, ela era contra o imposto. Ao contrário, a Força Sindical sempre foi favorável, já que nasceu como a variante de uma mescla de neopeleguismo e neoliberalismo no sindicalismo, criando o chamado “sindicalismo de negócios”.

Na recente medida aprovada pelo governo, as centrais foram legalizadas, o que é positivo, mas elas passam a ter direito ao imposto sindical, um aspecto nefasto. Isso significa que elas podem viver no limite com recursos estatais, do FAT<sup>4</sup> e do imposto sindical, sem terem sindicatos e trabalhadores voluntariamente associados. Lula fez, a partir do momento que chegou ao poder, uma sábia política de cooptação da que foi a mais importante sindical brasileira, a CUT, que aceitou a condição de ser muito mais parceira do governo do que defensora dos trabalhadores. A Força Sindical sempre se encosta no governo. Esse, aliás, é seu traço peleguista sempre presente. Por outro lado, é importante deixar claro que há centrais que resistem. Uma parte importante da CUT formou a Conlutas (Coordenação Nacional das Lutas), e outra parte formou a Intersindical. Ou seja, a CUT se tornou uma central cupulista, verticalizada, dependente do estado, oscilando entre a socialdemocracia e o neoliberalismo. E o estatismo sindical, através também dos líderes sindicais cooptados pelo Estado, é o caminho certo da servidão dos sindicatos aos interesses do Estado e do capital.

### 1º de maio

A CUT e a Força Sindical, disputando os artistas mais populares, farão do 1º de maio, que nasceu como uma data de luta e defesa dos interesses do trabalho, um dia de “pão e circo”. Teremos no palanque, com certeza,

<sup>4</sup> FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador): é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. É destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. (Nota da IHU On-Line)

um conjunto de falas defendendo o governo Lula como se estivéssemos em 1942, 1943, num 1º de maio getulista. Em plena era lulista.

**IHU On-Line - Como a trajetória sindicalista de Lula nos ajuda a compreender as relações entre o governo atual e as centrais sindicais?**

**Ricardo Antunes** - Na sua jovialidade, Lula tinha uma espontaneidade operária muito viva. No entanto, nunca teve uma solidez teórica, política e ideológica que lhe permitissem subir sem perder os seus valores. A cada degrau da ascensão social do Lula, um valor foi ficando para trás. Eleito presidente, ele não fez a revisão de nenhuma privatização, tampouco mudou a política do Banco Central, totalmente subordinado ao capital financeiro. A sua luta sindical é parte do passado. O Lula do presente fala para os pobres, garante a cooptação de parte significativa da liderança sindical que lhe dá apoio e garante mesmo a boa vida dos ricos. Há centenas de ex-sindicalistas que recebem altos subsídios para participar do conselho de uma estatal privatizada. E eles não querem nem falar em classe trabalhadora. E, o que é pior, muitos deles entraram nos fundos de pensão. Quando as centrais passam a participar disso, a imagem que me vem à cabeça é: numa sala das centrais existe uma porta pequena, trancada, do lado esquerdo, com uma placa escrito “direito dos trabalhadores”; numa outra porta, do lado direito, uma sala majestosa dizendo: “setor voltado para os fundos de pensão”.

**IHU On-Line - Hoje, fala-se muito em ampliar o desenvolvimento tecnológico dos países. O Brasil, ao contrário, continua investindo em megabras como as centrais hidrelétricas, investindo na plantação de cana-de-açúcar, fortalecendo a exaustão do trabalho. Estamos retrocedendo?**

**Ricardo Antunes** - O país vive uma regressão. A proposta de etanol do Lula é simbólica. Nós voltaremos a ser uma quase colônia em pleno no século XXI, produzindo matéria-prima, produtos semi-industrializados e perdendo, inclusive, a força do parque industrial que tínhamos entre os anos 1960 e 1980. O

“O projeto de desenvolvimento de Lula, ao contrário de buscar um espaço fundado numa produção científica e tecnológica respaldada nas nossas necessidades sociais autênticas, nas nossas necessidades vitais, é ainda mais regressivo do que foi no passado”

projeto de desenvolvimento de Lula, ao contrário de buscar um espaço fundado numa produção científica e tecnológica respaldada nas nossas necessidades sociais autênticas, nas nossas necessidades vitais, é ainda mais regressivo do que foi no passado, quando ainda havia um certo sentido industrial nacional, se formos pensar no período de Getúlio Vargas. Nesse sentido, o Brasil dá passos sólidos para trás. É mais um traço da moderna tragédia ou será da comédia brasileira?

#### LEIA MAIS...

>> Ricardo Antunes concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. O material está disponível na nossa página eletrônica [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu).

#### Entrevistas:

- \* “Um 1º de maio getulista na era lulista” - 27-04-2006;
- \* A nova morfologia do trabalho e os (des) caminhos do sindicalismo - 22-11-2006;
- \* A erosão do trabalho - 23-10-2006;
- \* “Entre Lula e Alkmin, não sei qual a opção menos nefasta” - 14-10-2006;
- \* “Temos hoje uma candidatura da direita brasileira e outra a serviço da direita” - 12-10-2006.

## Não basta reduzir a jornada de trabalho. É necessário fiscalizar

A obsessão pelo consumo está impregnada na sociedade e no meio dos trabalhadores. Essa atitude dificulta a consolidação de mobilizações mais intensas, avalia José Dari Krein

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

Discutir a redução da jornada de trabalho e a convenção 158 da OIT são medidas fundamentais para combater a intensificação do trabalho. Entretanto, essas propostas chegam ao Congresso com uma chance de aprovação muito pequena. “O governo tende a não jogar o peso institucional para a aprovação dessas medidas”, avalia José Dari Krein. Ao avaliar as duas propostas, o pesquisador destaca que não é “pertinente abrir mão” de uma medida em função da outra. As duas, segundo ele, abrem uma possibilidade para os trabalhadores pensarem em mudanças e ficarem menos sujeitos à lógica de “mercantilização” da força de trabalho.



DIVULGAÇÃO

Em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line, ele destaca a importância de haver medidas complementares para dar efetividade à redução da jornada, tais como a limitação da utilização das horas extras. “Não adianta só reduzir a jornada formalmente e permitir que se faça uma quantidade imensa de horas extras. É preciso inibir também a utilização de banco de horas, que deixa o trabalhador na mão do empregador”, considera.

Krein é doutor em Economia em Economia Social e Trabalho. Foi um dos fundadores do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT), de Curitiba. Foi ex-coordenador nacional da Comissão Pastoral Operária (CPO) e ex-assessor da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) da CUT. Atualmente, é docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Krein é organizador, entre outros, dos livros *Salário mínimo e desenvolvimento* (São Paulo: Unicamp, 2005) e *As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores* (São Paulo: LTR, 2006).

**IHU On-Line - Para muitos estamos transitando da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, da sociedade fordista para a sociedade pós-fordista. Quais são as principais características dessa transição e como ela impacta a realidade do trabalho?**

**José Dari Krein** - Em primeiro lugar, é preciso destacar que as transformações no mundo do trabalho são expressivas e estão reconfigurando a sociedade. Elas fazem parte de uma lógica de transformações estruturais que vão ocorrendo não só no processo de produção de bens e serviços, mas na consti-

tuição de uma nova ordem econômica, política e cultural. Neste sentido, por enquanto, prevalece uma transição que acentua a insegurança, a precariedade do trabalho e a fragilização das organizações coletivas dos trabalhadores, pois se sobressai uma lógica baseada na concorrência, inclusive entre os trabalhadores. Os traços estruturais das mudanças indicam um movimento que acentua a segmentação e pulverização do trabalho. A existência desse movimento não é mero reflexo da reorganização produtiva, mas fundamentalmente das opções políticas e sociais que foram sendo adotadas na sociedade. É um movimento que tem contradições e traz tensões sociais. Seria possível imaginar que o mesmo processo produtivo também poderia ser base de outras relações sociais. Mas o que é possível perceber no curto prazo é um processo de atomização das atividades produtivas provocadas pela terceirização, descentralização e avanço na alocação das pessoas no setor de serviços. Uma atomização que leva à individuação.

Neste sentido, as alterações tendem 1) a eliminar as porosidades (tempos mortos) e aumentar o ritmo de trabalho, com conseqüências desastrosas sobre a saúde do trabalhador(a)<sup>1</sup> e sobre o tempo social (não-trabalho); 2) a mudar a natureza do trabalho, em que é exacerbada a alienação entre o trabalho e produto do trabalho; 3) a tornar mais heterogêneo as formas de inserção das pessoas no trabalho. Do ponto de vista coletivo, em contexto de desestruturação do mercado de trabalho, as restrições à ação coletiva não são apenas ideológicas, mas dadas pela dinâmica de reestruturação em curso. Ou seja, as empresas, apesar do discurso de buscarem conquistar “corações e mentes”, exercem uma coerção sobre o trabalhador como condição para sobrevivência no emprego, elevando a concorrência entre os empregados e aumentando a insegurança no e do trabalho. Por isso, as inovações trazem dificuldades adicionais para a construção de uma identidade comum entre os trabalhadores e,

portanto, para mobilizações coletivas, levando-os a buscarem saídas mais individualizadas para os seus problemas no trabalho e fora dele. Como afirma Beck,<sup>2</sup> a individualização gera as próprias condições institucionais em que as pessoas são separadas das seguranças tradicionais, ao mesmo tempo em que perdem o acesso aos direitos básicos e aos recursos oferecidos pela modernidade.

Enfim, não tenho simpatia pelos conceitos de pós-industrial e pós-fordismo, mas é fundamental perceber que há transformações estruturais que vieram para ficar e que precisam ser consideradas para pensar a forma de como estão sendo estabelecidas as relações sociais. A idéia de transição pode ser influenciada por um movimento político que está em curso, em que o neoliberalismo começa a perder força, abrindo a possibilidade de pensar outras formas de organização da vida em sociedade.

**IHU On-Line - Como o senhor percebe a proposta de redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40? Para aderir a essa proposta, os trabalhadores precisariam abrir mão de aprovar a ratificação do Brasil a convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Essa proposta beneficiaria os trabalhadores?**

**José Dari Krein** - Essas duas questões da redução da jornada de trabalho e a introdução de mecanismos que inibam a dispensa motivada, que é convenção 158 da OIT, foram introduzidas na agenda nacional por uma marcha feita pelas centrais sindicais no final do ano passado. Em audiência com o governo, este se comprometeu a enviar essas propostas para a apreciação

2 Ulrich Beck: sociólogo alemão da Universidade de Munique. Autor de *A sociedade do risco*. Beck argumenta que a sociedade industrial criou muitos novos perigos de risco desconhecidos em épocas anteriores. Os riscos associados ao aquecimento global são um exemplo. O livro mais recente de Ulrich Beck é *Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation* (Paris: Aubier, 2003). Publicamos uma resenha do livro de Ulrich Beck, *Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation* (Poder e contra-poder na era da mundialização) (Paris: Aubier, 2003), escrita por Christian Chavagneux, no IHU On-Line número 84, de 17 de novembro de 2003. (Nota da IHU On-Line)

do Congresso Nacional. Sem dúvida, é um debate que se dá em outras bases daquele prevalecente anteriormente de redução de direitos.

Essas propostas acabam chegando ao Congresso, mas a sua chance de aprovação é muito pequena. O governo tende a não jogar o peso institucional para a aprovação dessas medidas. Por isso, é difícil a aprovação dessas propostas sem a pressão da sociedade e do movimento sindical. Por enquanto, o poder de mobilização é ainda incipiente. Entretanto, introduzir ações que levem à redução da jornada de trabalho sempre são bem-vindas, uma vez que são absolutamente fundamentais para combater a intensificação do trabalho.

Os mecanismos de controle sobre a jornada de trabalho, introduzidos no período recente, se sofisticaram enormemente. Hoje, há a necessidade de chefes controlando um caixa de supermercado, por exemplo, pois a gerência sabe perfeitamente, por meio da máquina, quantos produtos passaram no leitor óptico por minuto. Esses mecanismos de controle combinados com as estratégias das empresas em aumentar sua competitividade, racionalizando o trabalho e impondo aos trabalhadores metas a serem atingidas, fazem com que se tenha uma ampliação da jornada real do trabalho. As pessoas estão trabalhando mais. Essas questões têm gerado uma série de doenças ocupacionais como stress, angústia e ansiedade. A uma forma de mudar esse quadro é possibilitando que as pessoas trabalhem menos.

Além disso, a redução tem como mérito trazer a discussão da necessidade de redistribuir os ganhos de produtividade. Como se faz isso? Historicamente, ela ocorre por meio da eleição da remuneração ou da redução do tempo de trabalho. Hoje, é mais interessante fazer com que os ganhos de produtividade sejam repartidos, diminuindo o tempo que as pessoas precisam dedicar ao trabalho para poder viver outras dimensões.

A convenção 158 da OIT também é uma medida absolutamente bem-vinda, pois limita o poder arbitrário do empregador de poder despedir os trabalhadores sem justificativa nenhuma. É outra medida polêmica e contestada pelo empresariado e os intelectuais liberais, mas ela abre a possibilidade de discutir a

1 Segundo a OIT, as doenças do trabalho, que despontam no século XXI, estão associadas ao estresse, à angústia e à ansiedade.



**“As empresas, apesar do discurso de buscarem conquistar ‘corações e mentes’, exercem uma coerção sobre o trabalhador como condição para sobrevivência no emprego, elevando a concorrência entre os empregados e aumentando a insegurança no e do trabalho”**

razão da dispensa, o que é fundamental para combater uma tendência de uma maior “mercantilização” da força de trabalho.

As duas medidas são absolutamente importantes para criar um país mais decente. Entretanto, não é pertinente abrir mão de uma medida em função de outra. Agora, qualquer uma que for aprovada representa um avanço em relação à situação atual.

**IHU On-Line - Mesmo que ocorra a redução, muitos trabalhadores continuarão a trabalhar 50, 60 horas... Como legalizar isso e fazer com que essa lei realmente seja cumprida?**

**José Dari Krein** - Infelizmente, como nós vivemos em uma sociedade de consumo, boa parte das pessoas tendem a querer um salário um pouco mais elevado, ou seja, concordam em trabalhar mais para obter uma remuneração mais elevada. Isso é um complicador para se fazer mobilizações mais intensas. Além da redução da jornada, há a necessidade de garantir outros mecanismos que limitem a extensão do tempo de trabalho. Não adianta só reduzir a jornada formalmente e permitir que se faça uma quantidade imensa de horas extras. Assim, faz-se necessário inibir também a utilização de banco de horas, que deixa o trabalhador na mão do empregador. Ainda, precisaria se introduzir mecanismos, em vários segmentos, que garantem intervalos de descanso, principalmente em trabalhos que têm nível de repetição muito intenso, para combater as doenças profissionais do trabalho. Outra questão extremamente importante é inibir o trabalho aos domingos. Essa história da possibilidade das empresas utilizarem o domingo está

virando moda, restringindo os espaços de convivência familiar e social. Todas as ações que ajudem a proporcionar maior tempo livre, de não-trabalho, são importantes para contrapor a visão dominante do tempo econômico sobrepondo o tempo social.

**IHU On-Line - Que outras mudanças na reforma trabalhista o senhor destacaria como sendo importantes, além da redução da jornada de trabalho?**

**José Dari Krein** - É fundamental a elevação do salário mínimo. Os estudos mostram que uma política de elevação do salário mínimo tem o efeito positivo sobre o combate à pobreza, sobre a distribuição menos desigual e também na estruturação do mercado de trabalho. Um grande problema é o nível de descumprimento dos direitos inscritos. Para parte dos trabalhadores/as, muitos direitos legais são letra morta, tais como os que não têm carteira assinada. Assim, torna-se fundamental criar uma penalização mais severa ao delito trabalhista, aumentando a penalização e a criminalização, e ampliando também o sistema de fiscalização. Por isso que no Brasil temos um mercado de trabalho com índice de trabalhadores informais, sem registro em carteira, extremamente elevado. Outro aspecto do ponto de vista social muito importante na reforma trabalhista é garantir às domésticas os mesmos direitos em relação aos demais trabalhadores/as. Elas não podem continuar sendo consideradas trabalhadoras de segunda categoria. A ampliação dos direitos trabalhistas também passa pelo fortalecimento do sindicalismo e da ampliação do poder sindical, o que poderia ocorrer com o reconhecimento do direito da organização sindical no local de trabalho, o amplo direito de greve e de manifestação e a substituição processual plena.

**IHU On-Line - Nesse novo contexto de trabalho, como o senhor percebe a atuação dos sindicatos? Eles têm conseguido responder aos novos desafios?**

**José Dari Krein** - Não podemos negar que o sindicalismo, a partir dos anos 1990, entrou num processo de crise. Não é possível dizer seja absoluta em todos os países, pois há vários exemplos de capacidade de reação e ação coletiva. Olhando a experiência brasileira, podemos dizer que o sindicalismo, a partir desse período, enfrenta as dificuldades diante dessas transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho. Nos anos 1980, fomos contra a tendência internacional, quando o nosso sindicalismo se fortaleceu e tivemos um movimento de greves extremamente expressivo, dentro do processo de redemocratização da sociedade brasileira. A partir dos anos 1990, ele vai se fragilizando. E as razões dessa crise são várias. Têm a ver com a reorganização da ordem político-econômica que o país adota. Nessa nova ordem, o sindicato é uma instituição combatida. Essa nova ordem, combinada com a reestruturação produtiva, leva à pulverização e à segmentação da classe trabalhadora, que também coloca em xeque as bases da organização tradicional. Todos os paradigmas de transformação social entraram em profundo processo de questionamento. Independente da corrente sindical, todos perderam força, tanto os que quiseram repetir a estratégia dos anos 1980 quanto os que procuraram inovar parcialmente a sua prática.

**Em busca de um novo espaço?**

O sindicalismo continua desafiado a renovar-se para exercer o seu papel histórico, especialmente em relação à luta de termos uma sociedade menos desigual e a capacidade de interferir num debate político mais amplo. Atualmente, alguma iniciativas foram tomadas, mas o resultado da ação tem mais relação com a relação com o poder público do que com a capacidade de mobilização dos trabalhadores/as. Além disso, é um sindicalismo que representa um parcela pequena do conjunto dos ocupados/as no Brasil. Somente 40% das pessoas têm carteira assinada. Ao mesmo tempo, tem mostrando mais eficiência nas



questões corporativas, diretamente vinculadas à categoria profissional, como mostram o resultado mais favorável das negociações salariais nos últimos quatro anos. Também, há a prevalência de uma agenda mais individualizada e segmentada, em que a identidade é mais específica. Portanto, o grande desafio é construir uma articulação das questões mais específicas e individualizadas com as questões gerais da sociedade, que consiga incorporar, numa mesma bandeira, o conjunto dos/as trabalhadores/as, independentemente de sua relação contratual. Entretanto, o sindicalismo ainda continua com o desafio de reinventar-se. Acredito que estejamos num período de transição, em que a instituição sindicato tende a se alterar.

**IHU On-Line - Considerando-se as mudanças na realidade do trabalho, qual seria a agenda que o movimento sindical deveria enfrentar?**

**José Dari Krein** - O sindicalismo continua sendo uma instituição que pode cumprir um papel importante na sociedade, tanto na defesa da melhoria das condições de trabalho quanto na perspectiva de construir uma sociedade socialmente mais homogênea.

O desafio é ampliar a agenda sindical, na perspectiva de buscar formas de manter a representatividade e afirmar a sua dimensão política na sociedade. A tendência atual é o sindicalismo, ao mesmo tempo, ser capaz de incorporar uma série de demandas de segmentos com demandas específicas presentes na sua base e articulá-las com as lutas mais gerais da sociedade. Outra tendência é superar as questões somente corporativas e imediatas para incorporar questões que possam dar um salto de qualidade na perspectiva de interagir nos elementos mais estruturantes das transformações em curso. Por exemplo, a articulação entre trabalho e gênero, geração, etnia e ecologia. Nesta perspectiva, é a incorporação na agenda sindical de demandas que foram minimizadas no passado e que hoje as tensões sociais tornam relevantes para pensar alternativas no anseio de enfrentar os desafios colocados pela crise da sociedade contemporânea. As categorias que conseguem enfrentar estas questões revelam uma

capacidade de diálogo necessária para construir um sindicalismo cuja representatividade está alicerçada no reconhecimento social.

As mudanças ocorridas no sindicalismo são parte não somente das alterações provocadas pelas inovações tecnológicas, mas integram um processo de transformações estruturais vivenciadas pela sociedade, que colocam riscos, mas também podem abrir novas oportunidades à ação coletiva, desafiando o movimento a repensar as estratégias e desenvolver bandeiras gerais que sejam capazes de universalizar lutas e aspirações da classe trabalhadora.

**“O sindicalismo continua sendo uma instituição que pode cumprir um papel importante na sociedade, tanto na defesa da melhoria das condições de trabalho quanto na perspectiva de construir uma sociedade socialmente mais homogênea”**

**IHU On-Line - Passaram-se 40 anos das greves de Contagem e Osasco (1968), embrião do chamado “novo sindicalismo” e 30 anos das greves do ABC (1978). A chegada de Lula ao poder é o encerramento do ciclo do “novo sindicalismo”?**

**José Dari Krein** - Os problemas que o novo sindicalismo enfrenta são anteriores à chegada de Lula ao poder. A crise, como respondia acima, tem relação com outros fatores. No entanto, a eleição de Lula significa um marco para o novo sindicalismo. Três questões contribuíram para manter o nosso sindicalismo unificado nos anos 1990: o combate ao neoliberalismo; a

possibilidade da eleição de Lula para a reversão desse quadro desfavorável do mercado de trabalho; e a contraposição ao sindicalismo de resultado e oficial. Com a eleição de Lula, o chamado novo sindicalismo, que já enfrentava um processo de crise, irá encontrar uma situação de ambigüidade e isso lhe traz problemas do ponto de vista da sua identidade histórica, especialmente na relação com o governo no contexto de disputa política colocada na sociedade brasileira. A situação irá produzir, ao mesmo tempo, a consolidação de um pluralismo nas instâncias superiores do sindicalismo e uma ação mais coordenada entre as principais centrais, diluindo as diferenças entre si. Ao mesmo tempo que aumentou o seu espaço de negociação e diálogo com o governo central, não foi capaz de ampliar expressivamente a mobilização social e colocar em discussão na sociedade uma agenda de interesses dos trabalhadores.

O governo Lula tentou construir pontes com os movimentos sindicais, abrindo uma possibilidade de diálogo e atendendo a algumas demandas mais especiais das centrais, chamando-as para a negociação, valorizando o espaço de participação política, encaminhando o aumento do salário mínimo, o reconhecimento das centrais sindicais e “esse debate” da redução da jornada de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, se olharmos do ponto de vista mais geral, a agenda do governo Lula não vem do “novo sindicalismo”. Em muitos setores, o governo assume uma postura bastante conservadora e em contraposição a bandeiras históricas defendidas. Na questão do trabalho, por exemplo, ao propor a preferência de pagamento de débitos trabalhistas aos banqueiros ao invés dos trabalhadores. Isso se repete na proposta da regulamentação de direito de greves no setor público, na condução da política econômica pelo Banco Central etc.

**IHU On-Line - O senhor diz que boa parte dos avanços conquistados nos anos 1980 não se consolidou. Levando esses fatos em consideração, podemos dizer que essas ações contribuíram para consolidar o sistema de trabalho atual?**

José Dari Krein - Nos anos 1990, a partir das transformações no âmbito político-econômico e na forma de organização do trabalho, os trabalhadores passaram a ter mais dificuldades de ampliar suas conquistas. O avanço do neoliberalismo, nesse período, também impactou na discussão sobre a mudança da estrutura sindical. O movimento de resistência à mudança da estrutura corporativa cresceu tanto que o Fórum Nacional do Trabalho<sup>3</sup> discutiu durante dois anos uma proposta de reforma sindical e não conseguiu implementá-la.

Essa perspectiva conservadora de manter a estrutura sindical se deve principalmente ao fato de que ela garante uma série de salvaguardas para o funcionamento e a existência do sindicato. Ou seja, ela garante financiamento e representação dessas instituições perante os órgãos públicos. Essas salvaguardas protegem as entidades sindicais, quando essas são atacadas pelo governo ou pelo setor empresarial. Por isso, os dirigentes sindicais se apegam a essa estrutura com tanta intensidade. Essa estrutura ainda favorece a consolidação de uma série de instituições que são burocráticas, privilegiando apenas a máquina do sindicato. Todos esses fatores contribuíram enormemente para a consolidação do sistema de trabalho atual. A legalização recente das centrais sindicais ao mesmo tempo que as fortalece, o que é positivo, contribuiu para dificultar a alteração do atual sistema de representação coletiva existente no Brasil.

#### LEIA MAIS...

>> José Dari Krein já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. O material está disponível na nossa página eletrônica [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu).

#### Entrevistas:

\* Um pacote pontual. Uma análise da reforma trabalhista de Lula - Confira nas Notícias do Dia 20-04-2006;

\* "Tendências recentes das relações de emprego no Brasil" - Confira nas Notícias do Dia 09-04-2007.

3 O Fórum Nacional do Trabalho (FNT) foi criado para implementar a reforma sindical e trabalhista. É coordenado pela Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Tem por objetivo promover a democratização das relações de trabalho por meio da adoção de um modelo de organização sindical baseado em liberdade e autonomia. (Nota da IHU On-Line)

## O mundo do trabalho no Brasil. Mudanças e desafios

Chegou o momento de rejeitar o sistema e unir esforços para edificar um novo princípio, com base nos valores da justiça e da solidariedade, considera Waldemar Rossi

POR PATRICIA FACHIN

As reivindicações aclamadas nas greves de 1968 trouxeram uma vitória política para os trabalhadores, considera Waldemar Rossi, ao lembrar a greve de Osasco, em 1968. Na entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, ele comenta que só a partir de 1978 o movimento sindical retomou as lutas coletivas e lembra as dificuldades de levar informações aos trabalhadores sobre o que ocorria na política dos militares. Ao avaliar a função da CUT ele afirma: "Ela se tornou correia de transmissão do governo". E acrescenta: "Desde a chegada do Lula à Presidência", a CUT "vem apoiando todas as propostas de Reformas da Constituição que se dão em detrimento dos interesses dos trabalhadores".

Waldemar Rossi foi um dos fundadores da Pastoral Operária, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e importante líder sindical metalúrgico em São Paulo. Uma informação mais completa sobre sua trajetória pode ser encontrada na entrevista

"A trajetória de um típico militante operário", feita pela IHU On-Line e publicada em 01-05-2007 no sítio [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu).

**IHU On-Line - O senhor acompanhou de perto a militância operária há quatro décadas. As reivindicações da greve de Osasco contribuíram para as conquistas dos trabalhadores no decorrer dos anos?**

**Waldemar Rossi** - A greve de Osasco<sup>1</sup> se deu numa seqüência de movimentos contra os atos da ditadura militar. Vale lembrar que no ano de 1968 criou-se o MIA (Movimento Intersindical Anti-arrocho), a fim de protestar contra os Decretos-Lei que arrochavam os salários. No dia 1º de maio daquele ano, os trabalhadores

da Grande São Paulo organizaram sua celebração na Praça da Sé. Por um grande equívoco dos pelegos de plantão (interventores sindicais nomeados pelos militares) o governador "biônico", Roberto de Abreu Sodré<sup>2</sup> – também nomeado pelos militares – foi convidado para o ato. A massa presente, que abarrotou a praça, se irritou e começou seu protesto lançando objetos sobre os ocupantes do palanque, impedindo a fala do governador. Todos tiveram que fugir de lá para não serem massacrados. Em seguida, os trabalhadores derru-

1 **Greve de Osasco:** Sob o comando de José Ibrahim, foi iniciada em 16 de julho de 1968, com a ocupação da Cobrasma. No dia seguinte, o Ministério do Trabalho declarou a ilegalidade da greve e determinou a intervenção no sindicato. Quatro dias depois, os operários retornam ao trabalho. Em outubro de 1968, a greve em Contagem também lutou contra o arrocho salarial, mas foi igualmente reprimida, vencendo o movimento quatro dias depois. (Nota da IHU On-Line)

2 **Roberto Costa de Abreu Sodré** (1917-1999): advogado, empresário e político brasileiro. Um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN) em 1945 e posteriormente integrante da Arena, a partir de 1966, Abreu Sodré foi deputado estadual e governador do estado de São Paulo de março de 1967 a março de 1971, sendo eleito de maneira indireta. (Nota da IHU On-Line)



Divulgação

baram o palanque e lhe atearam fogo. Enquanto os pelegos levavam o governador para a sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, as oposições, tendo em seu comando a direção do sindicato dos metalúrgicos de Osasco, saiu em passeata pela cidade, fazendo seus protestos. No mês seguinte, uma série de greves aconteceu no Brasil, com destaque para as de Contagem e de Osasco, reivindicando o fim do ar-rocho, entre outras exigências.

Foram os primeiros atos coletivos de resistência operária à ditadura militar. Se não houve, na época, vitórias econômicas, ficou a vitória política, pois os trabalhadores deixaram claro que não iriam calar diante da falta de liberdade e dos ataques aos seus direitos. A ditadura reagiu com muita violência, obrigando os trabalhadores ao recuo, gerando uma longa pausa nas ações abertas. Porém, não conseguiram interromper o trabalho de organização clandestina nos locais de trabalho. O resultado disso tudo foi colhido a partir de 1978, quando o movimento sindical retomou as lutas coletivas.

**IHU On-Line - O senhor comentou, em outra entrevista concedida à IHU On-Line, que a greve de Osasco foi uma experiência muito alta para o momento político da época. E disse ainda que a precipitação, fruto de uma visão política revolucionária equivocada, levou à cassação de toda a diretoria e ao fim daquelas comissões de fábrica. Quais foram as principais limitações da greve? Seus objetivos foram alcançados?**

**Waldemar Rossi** - A composição da classe operária passava por profundas mudanças, uma vez que se iniciava imensa propaganda daquilo que seria o futuro “milagre econômico brasileiro” e muitos trabalhadores rurais e urbanos de cidades interioranas se mudavam para as grandes cidades. Assim, muita gente não tinha ainda a visão nem a prática de lutas do operariado mais antigo. Além disso, os trabalhadores já estavam sem direção política há quatro anos e “seus motores não estavam tão aquecidos”, embora houvesse muita decepção e revolta com os militares. Havia também o esforço dos pelegos de transformar os sindicatos

## “Muitos revolucionários da época, atuantes no movimento sindical, estavam embevecidos pela onda dos movimentos sociais franceses e nele se inspiravam, sem levar em conta que as realidades política e econômica eram muito diferentes entre os dois mundos”

em órgão assistencialista, substituindo em substituição às suas lutas. Não estávamos politicamente organizados em nível nacional para fazer tal enfrentamento, enquanto que os militares estavam em pé de guerra, dispostos a garantir as mudanças a que tinham se proposto. Seu poder de fogo era muito forte. Logo, a correlação de forças era profundamente desfavorável para a classe. Afirmo que muitos revolucionários da época, atuantes no movimento sindical, estavam embevecidos pela onda dos movimentos sociais franceses e nele se inspiravam, sem levar em conta que as realidades política e econômica eram muito diferentes entre os dois mundos. Não por menos, os militares retomaram a iniciativa cassando as direções, e forçando as empresas a acabar com as comissões de fábrica.

**IHU On-Line - Lula esteve presente nas greves da década de 1970, principalmente no ABC paulista. Hoje, presidente, ele já criticou várias vezes possíveis ações de greves, até mesmo entre funcionários públicos. Como o senhor percebe essa postura?**

**Waldemar Rossi** - Lula começou a participar das greves dos anos 1978 a 1981 porque era, e ainda é, possuidor de uma grande intuição. A começar pela greve da Scânia, em maio de 1978, realizada sem a participação da direção do sindicato, que pegou Lula desprevenido. Segundo relatos de membros organizadores daquele movimento, Lula chegou a propor a continuidade das negociações com o retorno ao trabalho, proposta que foi rejeitada pelos trabalhadores. A greve da Scânia continuou e irradiou para outras indústrias do ABC e de São Paulo.

As insatisfações dos operários aumentavam, assim como seu nível de consciência política, fazendo com que as direções sindicais do ABC arregaçassem as mangas. Foram as assembleias sindicais que mostraram ser necessário avançar em defesa dos direitos da classe e em busca de novas conquistas. Nisso, o Lula teve destaque porque soube compreender esses anseios. Porém, na greve dos metalúrgicos de São Paulo de 1978, Lula esteve presente no palanque e defendeu o fim da greve, sendo vaiado pelos milhares operários presente à Rua do Carmo, abarrotada.

Em 1980, o ABC entrou em greve. Os trabalhadores, reunidos no estádio da Vila Euclides, totalmente tomado, aguardavam pelas negociações entre Comissão Sindical e o empresariado. Segundo relato de um dos membros da Comissão de Negociação, a direção sindical tinha deixado o encontro disposta a defender a proposta patronal. Porém, ao chegar ao estádio, Lula percebeu a disposição da categoria em não abrir mão de suas reivindicações e usou a palavra para defender a continuidade da paralisação, para grande surpresa dos empresários do setor.

Se os bons tempos das lutas operárias mostravam que seus dirigentes não eram defensores tão convictos de greves, outros acontecimentos podem mostrar qual era de fato a cabeça do Lula. Em 1995, os professores paulistas entraram em greve contra o desmonte da educação estadual posta em prática pelo Governador Covas.<sup>3</sup> Numa

<sup>3</sup> Mário Covas Júnior (1930 - 2001) foi um engenheiro e político brasileiro. Foi o décimo-oitavo e décimo-nono governador do estado de São Paulo, entre 1º de janeiro de 1995 e 22 de janeiro de 2001, deixando o cargo em decor-



das suas andanças por São Paulo, Lula chegou a defender o fim daquela greve, surpreendendo até os professores petistas. Também naquele ano os petroleiros deflagraram greve nacional contra a privatização da Petrobras que FHC<sup>4</sup> começava a encaminhar. Em entrevista aos jornalistas, Lula também defendeu o fim da greve, causando a revolta do conjunto daquela categoria e insatisfação dentro do PT. A contradição mais evidente se deu quando, dois dias depois, a Cives (organização de empresários brasileiros ligados ao PT) publicou nota defendendo os trabalhadores e sua greve e condenando FHC. Portanto, não há surpresas se Lula, hoje na presidência da República, se coloca contra as greves, até porque essas podem trazer complicações para seu mandato.

**IHU On-Line - Em 1967, o senhor, junto com outros trabalhadores, lançou as sementes de um novo sindicalismo. Dizem que uma das principais dificuldades na época era lutar sob um sistema ditatorial. Esse foi o problema maior?**

**Waldemar Rossi** - Não restam dúvidas: lançar um movimento contra a estrutura sindical fascista, herdada de Getúlio Vargas, em plena ditadura militar, era e foi um grande desafio. Porém, outros problemas entraram em cena naquela época: as modificações que a classe operária sofria, com a entrada de trabalhadores oriundos do campo, exigiam um enorme esforço para desmistificar a promessa do sistema em dar-lhes amplas condições de trabalho, salário e de vida. Era muito difícil levar as informações aos trabalhadores sobre o que de fato ocorria com a política dos militares. Precisávamos inventar instrumentos de comunicação bem rudimentares para superar a falta de espaços a mídia e nos jornais dos sindicatos. Outros fatores eram os ideais revolucionários que ganhavam corpo no Brasil e na América Latina e a rência da doença que o acometeu e vindo a falecer no mesmo ano. (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> Fernando Henrique Cardoso (1931): sociólogo, professor universitário e político brasileiro. Foi presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos, de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002, sendo o primeiro presidente reeleito da história do país. (Nota da IHU On-Line)

que colocavam o movimento sindical em segundo plano, pois a ênfase se dava na derrubada da ditadura militar, sobretudo através da luta armada. Foi nesse contexto que aprendemos a fazer política classista.

**“A CUT nunca planejou ou desenvolveu um trabalho de conjunto em benefício da classe operária. As lutas que se sucederam foram por categorias e de forma quase sempre isoladas umas das outras”**

**IHU On-Line - Como o senhor percebe a relação entre as centrais sindicais e o governo? Há uma relação de poder e conciliação entre eles? Onde ficam os direitos do trabalhador nesse contexto?**

**Waldemar Rossi** - Infelizmente, do meu ponto de vista, Lula usou o movimento sindical para alavancar sua chegada ao poder. A CUT foi a grande conquista dos anos 1980, como instrumento autônomo dos trabalhadores e deveria ser o carro-chefe das nossas lutas de conjunto. Mas deveria desenvolver uma prática verdadeiramente solidária entre todos os trabalhadores, independentemente de sua pertença a categorias mais organizadas e numerosas ou menos organizadas e mais frágeis. Não foi o que aconteceu. A CUT nunca planejou ou desenvolveu um trabalho de conjunto em benefício da classe operária. As lutas que se sucederam foram por categorias e de forma quase sempre isoladas umas das outras.

Aos poucos, Lula foi moldando a CUT segundo os interesses do Partido

dos Trabalhadores, em sua luta para chegar ao poder político no país. Que o PT tivesse tal objetivo, era até possível entender, ainda que desprezando um dos seus objetivos mais nobres que era elaborar um projeto alternativo para a nação brasileira, tornando-se, pois, um partido comum, um partido que somente busca espaços no poder. Que a CUT ficasse subordinada a esse objetivo é revoltante. Quem, como nós, teve a chance de acompanhar por dentro as orientações que a tendência majoritária do PT (Articulação) – comandada por Lula – impunha à CUT percebeu os progressivos desvios de seus rumos. Tanto que há várias publicações que revelam tais desvios políticos e ideológicos, como *A CUT por dentro e por fora* (Petrópolis: Vozes, 1988), por exemplo, de Vito Giannotti<sup>5</sup> e Sebastião de Oliveira Neto, entre outras publicações e comentários.

A CUT, contrariando as expectativas do conjunto dos trabalhadores, tornou-se “correia de transmissão do governo” (já era tal correia em relação ao PT) e, desde a chegada do Lula à presidência, vem apoiando todas as propostas de reformas da Constituição que se dão em detrimento dos interesses dos trabalhadores. As demais centrais sindicais, surgidas entre os anos de 1980 e 90, todas elas foram obra do peleguismo com patrocínio de empresas nacionais e internacionais, cuja tarefa inicial era se opor à CUT e dividir a classe trabalhadora. Delas já não dava para esperar nada de positivo, ao contrário do que os trabalhadores esperavam da CUT.

Felizmente, como também acontecia no tempo da ditadura, existem muitas pessoas no movimento sindical com os olhos abertos e que se mantêm fiéis aos compromissos com a sua classe. Por isso mesmo é que um forte movimento de resistência aos tais desmandos nasce dentro da própria CUT e com o passar do tempo vai ganhando força entre os sindicatos brasileiros.

<sup>5</sup> Confira na nossa página eletrônica [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu) as entrevistas concedidas por Vito Giannotti, intituladas “Histórias das lutas dos trabalhadores no Brasil”, de 27-03-2007, e “Este é o nosso papel: apressar a roda da história”, de 11-04-2007. (Nota da IHU On-Line)



**“Lutar sem tréguas é ter convicção de que o capital não tem nenhum interesse em colaborar para a melhora das condições de vida dos trabalhadores; é saber que ao capital interessa somente o lucro e que para isso não vacila em usar de todos os meios de que dispõe para aumentar a exploração e a dominação”**

Assim se formou a Conlutas e a Intersindical,<sup>6</sup> ambas agregando dirigentes, sindicalistas e sindicatos que romperam com a CUT e demais centrais, hoje infelizmente todas apelegadas.

**IHU On-Line - O senhor costuma dizer que os trabalhadores devem lutar sem tréguas contra o capital. O que significa lutar sem tréguas, considerando que hoje existem centrais sindicais no Brasil que muitas vezes participam do jogo dos patrões, sem prestar contas aos sindicalizados do dinheiro adquirido?**

**Waldemar Rossi -** Lutar sem tréguas é ter convicção de que o capital não tem nenhum interesse em colaborar para a melhora das condições de vida dos trabalhadores; é saber que ao capital interessa somente o lucro e que para isso não vacila em usar de todos os meios de que dispõe para aumentar a exploração e a dominação. O capital não vacila em corromper trabalhadores, políticos, imprensa e a própria justiça de qualquer país. Deve-se distinguir quem são seus verdadeiros companheiros e não se deixar iludir por “dirigentes sindicais” que estão mancomunados com o patronato e a

serviço deles, traindo os trabalhadores.

Entendendo isso, o trabalhador sabe que, se interromper a luta diária em defesa dos seus direitos e deixar de lutar ainda mais para fazê-los aumentar, estará deixando de remar rio acima e sendo carregado pela forte correnteza capitalista avassaladora. Lutar sem tréguas é se unir aos companheiros e companheiras de classe que não aceitam a submissão, e, sempre que necessário, rejeitar os instrumentos que já não são mais de luta e criar novos instrumentos eficazes e indispensáveis para o desenvolvimento dessa luta sem tréguas.

A experiência política atual também deve servir para o discernimento de que o modelo político vigente no mundo não tem condição de incluir o conjunto dos povos no usufruto dos bens que a natureza nos oferece e dos bens materiais socialmente produzidos pela coletividade humana. É entender que chegou o momento histórico de rejeitar o sistema e envidar esforços para que um novo sistema, com base nos valores da justiça e da solidariedade seja edificado.

**IHU On-Line - Por que os sindicatos hoje atuam muito mais na defensiva do que no campo ofensivo? Os trabalhadores correm o risco de perder os direitos que já conquistaram?**

**Waldemar Rossi -** As centrais sindicais constituídas até os fins do século pas-

sado, com a exceção inicial da CUT, o foram para atender aos interesses do capital. Com a guinada histórica da CUT, não sobrou nada do antigo. Isso fragmentou e enfraqueceu a classe trabalhadora, permitindo o avanço acelerado do capital sobre os direitos trabalhistas conquistados com muito sangue. Os que restaram se viram com a “corda no pescoço”, tendo que lutar arduamente para denunciar toda essa bandalheira, procurando formar a consciência crítica dos trabalhadores e buscando a unificação das forças sociais para essa luta inglória e tentar deter a avalanche capitalista. Claríssimo está que estamos sendo roubados em nossos direitos.

**IHU On-Line - Como o senhor percebe as propostas para uma reforma sindical? Se isso ocorresse no Brasil, levando em consideração a conjuntura atual, o trabalhador teria algum benefício?**

**Waldemar Rossi -** Pelo teor das propostas das reformas em andamento, não há uma só que seja do interesse do trabalhador. A reforma sindical, já ocorrida em parte, só fez criar as condições para que a superestrutura das centrais tenha muito dinheiro em caixa, reforçando a nova classe de pelegos que já se cristalizou no Brasil. A tendência é que outras mudanças venham com o tempo, visando a enfraquecer os sindicatos em suas bases, aumentando os poderes das centrais. Acontecendo outras reformas, se estará construindo uma estrutura muito pior que a deixada por Getúlio Vargas, porque tentará controlar com mão de ferro os sindicatos em suas bases.

**IHU On-Line - Algum sindicato, atualmente, pode ser visto como um modelo a ser seguido?**

**Waldemar Rossi -** Sem dúvida, temos vários sindicatos que permaneceram fiéis às suas bases. Apesar das muitas deficiências, encontramos vários deles na Conlutas, na Intersindical e alguns que ainda não se alinharam, mas que também lutam para não entrar no rol dos que sucumbiram aos favores do capital. Cabe aos trabalhadores procurar conhecê-los em suas próprias cidades.

<sup>6</sup> Intersindical - Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora: criado em Campinas (SP), quando um grupo de trabalhadores de base e dirigentes de diversas categorias se reuniram para um debate sobre a crise vivida atualmente pelo conjunto do movimento sindical e para a discussão em torno da proposta de reconstrução da Ação e Organização Intersindical. (Nota da IHU On-Line)

## Mais produção, menos trabalhadores: as transformações do mundo do trabalho

Nem todas as mudanças do mundo do trabalho ocorreram de maneira radical, considera Marco Aurélio Santana

POR PATRICIA FACHIN

“**A**inda que se possa constatar a emergência de um novo padrão de organização do trabalho alternativo ao fordismo, não seria correto dizer que já teria ocorrido uma ruptura com os princípios fordistas.” A opinião é de Marco Aurélio Santana, sociólogo. Para ele, o trabalho em países periféricos é caracterizado por métodos tayloristas que convivem com “experiências pontuais de inovação organizacional e tecnológica”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Santana diz que as mudanças no mundo do trabalho trazem uma sociabilidade que contesta a participação coletiva. Essa mudança, reitera, é perceptível com o “quase banimento” dos termos trabalhador e operário, substituídos por parceiro, colaborador, cliente. “Neste universo de sentido, fica excluída toda idéia de ‘luta’ e ‘conflito’, em nome da ‘colaboração’. E aí os sindicatos perderam muito de seu chão anterior de atuação”, considera.

Santana é graduado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Sociologia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é docente na mesma universidade.

**IHU On-Line - Alguns especialistas dizem que já estamos vivendo uma fase pós-fordista de trabalho. O senhor concorda?**

**Marco Aurélio Santana** - Independente dos conceitos ou da nomenclatura que se queira usar, que podem estar baseados em determinados aspectos que se queira valorizar, não há dúvidas acerca das mudanças que atravessaram o mundo do trabalho nas últimas décadas do século XX. Num cenário semovente de economia altamente globalizada e competitiva, as empresas buscaram se reestruturar para enfrentar os tempos novos e instáveis. Esta reestruturação teve lastro na chamada revolução microeletrônica, mas também, em alguns casos mais fortemente, em novas formas de organização da produção. Como diziam seus promotores, no mundo enxuto, produzir-se-ia mais, e melhor, com menos gente. Passaram a estar presentes, no dia-a-dia das pessoas, temas como fle-

xibilização, desregulamentação, empregabilidade etc. Nesse sentido, a entrada do capitalismo em um novo momento, baseado em novas formas de acumulação, mudou a paisagem que se tinha até ali em termos da vida no trabalho e fora dele, e que havia caracterizado o que se convencionou chamar de fordismo. Mas tal processo se particulariza em termos nacionais. Assim, precisamos ter cuidado com um tipo de visão de que tudo mudou de forma tão radical, em todos os países, da mesma forma. Tomando nosso país como exemplo, ainda que se possa constatar a emergência de um novo padrão de organização do trabalho alternativo ao fordismo, não seria correto dizer que já teria ocorrido uma ruptura com os princípios fordistas, seja em termos práticos da empresa, seja em termos da teoria. Assim, em muitos casos, o que temos nos países “periféricos” seria um quadro no qual métodos e práticas tayloristas, utilizados em processos de produ-

ção estandardizada, sem muita preocupação com a qualidade, conviveriam com experiências pontuais de inovação organizacional e tecnológica.

**IHU On-Line - Qual é o significado da reestruturação produtiva para a organização dos trabalhadores? Quais são os desafios?**

**Marco Aurélio Santana** - De fato, as mudanças no mundo do trabalho, a partir do que se convencionou chamar genericamente de reestruturação produtiva, impactaram sobremaneira as formas de organização e mobilização dos trabalhadores a nível mundial.

Tais mudanças tiveram repercussão tanto no processo organizativo dos trabalhadores como na relação capital/trabalho. Os organismos sindicais, incluindo aí seus aspectos de movimento e de instituição, passaram a ter muita dificuldade em dar conta do novo cenário, que lhe reduzia grandemente

os espaços de manobra, colocando em risco as práticas de ação e conquistas desenvolvidas ao longo do século XX. Os novos tempos parecem trazer um tipo de sociabilidade que se contrapõe a quaisquer possibilidades de participação de corte coletivo e público. Além disso, vale lembrar a disseminação de um tipo de visão, que, mesmo no coração da produção, tem se operado através do quase banimento de termos como “trabalhador” e “operário”, substituídos por outros tantos, tais como “colaborador”, “parceiro”, “cliente/fornecedor interno”, o que termina por apagar discursivamente qualquer possibilidade mais politizada e conflitiva de identidade e classificação. Neste universo de sentido, fica excluída toda idéia de “luta” e “conflito”, em nome da “colaboração”. Então, os sindicatos perderam muito de seu chão anterior de atuação.

**IHU On-Line - Com o novo modelo de trabalho, os trabalhadores correm o risco de perder os direitos conquistados com tantas lutas?**

**Marco Aurélio Santana** - Sim, há esse risco. Se olharmos a experiência recente, o que temos? Em termos gerais o mundo do trabalho, principalmente nos países desenvolvidos, se modificou rapidamente e o consenso protetor do *welfare state* foi sendo substituído pela dieta neoliberal. Muitas certezas, consolidadas há pelo menos cinquenta anos, em termos da importância do papel do Estado na economia e da necessidade de processos regulatórios para manter a proteção social, foram profundamente abaladas ou enfraquecidas no debate público. Não tardou para que a experiência dos países centrais transbordasse, alcançando também os países periféricos onde tanto a proteção social quanto a formalização das relações de trabalho já não eram das mais sólidas. Neste quadro, o trabalho assumiu novos formatos. A segurança do pleno emprego foi substituída pelo desemprego de tom perene, cuja extensão no corpo social e duração no tempo têm levado mesmo a uma resignificação do termo. Os sistemas de contratação foram duramente atacados, em busca de uma maior flexibilização da produção e dos mercados. Formas de contratação flexíveis, temporárias, por tempo par-

cial etc., antes consideradas atípicas, passaram a ser a regra. As políticas de proteção ao indivíduo, dentro e fora do trabalho, foram sendo substituídas por políticas de aumento da competitividade. Assim, sempre que se fala de mudança, reforma, modernização etc., em muitos casos, se escamoteiam as tendências de retirada ou rebaixamento de direitos. No geral, a perda de direitos já se deu na prática, devido à estratégia das empresas. Isso interpela frontalmente o movimento dos trabalhadores.

**“Ao longo de toda a história do capitalismo, o desemprego tem sido, a um só tempo, um instrumento poderoso de contenção salarial e de intimidação aos trabalhadores”**

**IHU On-Line - Os índices de desemprego na sociedade atual contribuem de alguma maneira para que os trabalhadores empregados se sujeitem as normas e regulamentações instuídas pelas empresas?**

**Marco Aurélio Santana** - Sim. Ao longo de toda a história do capitalismo, o desemprego tem sido, a um só tempo, um instrumento poderoso de contenção salarial e de intimidação aos trabalhadores. A ameaça do desemprego cria também uma fragmentação entre os trabalhadores. Entre aqueles que estão inseridos no mundo do trabalho e aqueles que não estão. Historicamente, o capitalismo lança mão de trabalhadores desempregados também no sentido de “esvaziar” e “furar” greves. Hoje, esse problema se agrava ainda mais pelo contexto onde opera, pelos números extremados e pela produção de enormes setores que talvez não tenham mais espaço no mundo do tra-

balho, tornado-os descartáveis. Dado pressuposto do aumento progressivo dos requisitos de qualificação no novo paradigma produtivo, associado ao aumento do desemprego, cunhou-se a noção de empregabilidade, que poderia ser definida como a capacidade da mão-de-obra de se manter empregada ou encontrar novo emprego quando demitida, em suma, tornar-se empregável. Isso é bastante delicado já que põe ênfase na responsabilidade individual do trabalhador por sua situação de desemprego. A partir do momento em que se coloca sobre os ombros do desempregado a responsabilidade de tornar-se empregável, acaba-se por justificar sua exclusão do mercado de trabalho pelo fato de ser inadequado quanto às demandas de qualificação exigidas.

**IHU On-Line - Qual é o perfil dos novos sindicalizados? No auge das manifestações sindicalistas, operários e estudantes estavam unidos na luta que reivindicava melhores condições de trabalho. Por que isso não ocorre mais? Podemos dizer que os motivos são conseqüências de uma crise do modelo fordista?**

**Marco Aurélio Santana** - O perfil do que seriam os novos sindicalizados vai variar de setor para setor. Um ponto importante tem sido o crescimento da sindicalização entre as mulheres. A unificação das lutas sociais não se dá de forma inexorável e natural. Ela é fruto de um projeto e de uma ação. Os sindicatos foram tornados em máquinas poderosas ao longo do século XX, assumindo, quando não o protagonismo, o suporte aos movimentos sociais. Além disso, havia uma maior confluência das lutas. Hoje a conjuntura é diferente. Muitos dos movimentos assumiram caráter defensivo frente aos ataques que sofriam, outros propugnam mesmo um certo afastamento e luta isolada. Sente-se uma falta de articulação e fragmentação das lutas sociais. Mas isso pode ser apenas um momento, como outros em outras épocas, uma etapa de passagem para uma nova síntese a ser construída.

**IHU On-Line - Ao analisar a atuação da instituição sindical, o senhor co-**

**“Os trabalhadores sempre adequaram suas formas de luta de acordo ao capitalismo e às mazelas que tinham de enfrentar. Nesse sentido, com as mudanças recentes no mundo no trabalho, os trabalhadores e seus órgãos de representação precisaram se movimentar para não perderem seu pé de apoio na realidade”**

**menta que ela está fragilizada enquanto representação legítima dos trabalhadores. A que o senhor atribui essa crise nos sindicatos brasileiros?**

**Marco Aurélio Santana** - Na verdade, não se pode dizer que ela seja uma crise do sindicalismo brasileiro somente. Dadas as mudanças globais no mundo do trabalho, os sindicatos viveram um período muito duro no mundo desde os anos 1980 e no Brasil a partir da década de 1990. Foi um período de redução de bases de representação, dificuldade de arregimentação e mobilização. Alguns chegaram mesmo a dizer que o sindicato estava liquidado. Seu tempo havia passado. Isso se deveu a uma conjuntura de alto desemprego, reestruturação produtiva, novas estratégias empresariais e a posturas anti-sindicais dos governos. Contudo, o que vamos vendo é que o sindicalismo tem sabido, apesar das dificuldades, buscar nova forma de organização e ação, incorporar temas até então relegados, mas importantes para a vida dos trabalhadores. É preciso lembrar também que os trabalhadores já têm um longo e vasto acervo de organizações estruturadas para a sua intervenção na realidade. Os sindicatos são uma delas. E eles mesmos já foram organizados e agiram de diferentes formas dependendo do contexto vivido pelo capitalismo. Assim, os trabalhadores vão buscando a melhor maneira de fazer valer suas demandas e seus projetos.

**IHU On-Line - Como tornar os sindicatos mais ativos? Na conjuntura atual, torna-se necessária a construção de uma nova instituição que lute pelos**

**direitos dos trabalhadores?**

**Marco Aurélio Santana** - Os trabalhadores sempre adequaram suas formas de luta de acordo ao capitalismo e às mazelas que tinham de enfrentar. Nesse sentido, com as mudanças recentes no mundo no trabalho, os trabalhadores e seus órgãos de representação precisaram se movimentar para não perderem seu pé de apoio na realidade.

Indícios da construção de novas formas aparecem em processos que se dá a integração de formas e práticas preexistentes com novos formatos de organização e orientação sindicais, abrangendo, inclusive, temas anteriormente pouco explorados pelos sindicatos. Desta forma, os sindicatos vêm articulando suas atividades mobilizatórias tradicionais, com a participação em outras instâncias, tais como o debate e a intervenção em projetos de políticas públicas e sociais. Da mesma forma, têm participado de fóruns de políticas locais, bem como incorporado temas importantíssimos como, entre outros, meio ambiente, questão racial, juventude e educação, que por muito tempo ficaram fora das prioridades dos sindicatos. A grande questão aí é como fazer esse movimento sem perder a característica de órgão de interesse de classe.

**IHU On-Line - Falar em reforma sindical é conveniente?**

**Marco Aurélio Santana** - Num momento de mudanças do capitalismo, deveria se supor, ou desejar, que as instituições dos trabalhadores se mo-

difiquem no sentido de melhorar sua posição na arena do conflito. Contudo, a idéia de reforma sindical já é bastante antiga no movimento dos trabalhadores. Desde os anos 1930/1940, quando a estrutura sindical que ainda vige hoje foi sendo erigida, fale-se em reformá-la. Ao longo de sua existência, a estrutura sindical esteve sempre rodeada de polêmica, seja ela entre os atores sociais e grupos políticos por ela referidos, seja pelos analistas acadêmicos. Isso obviamente foi verdadeiro também para todo o aparato de legislação trabalhista consolidado na CLT. A tentativa recente de reforma empreendida no governo Lula não foi diferente. Houve muitos debates, alguns consensos, mas muitos dissensos também. Além disso, o projeto chegou ao parlamento no momento das denúncias do chamado mensalão, o que dificultou muito seu debate e tramitação. De todo modo, resta saber agora, entre outras questões, se, acontecendo a reforma e dependendo de como o projeto sairá dos debates parlamentares e das iniciativas do governo (que, aparentemente vem buscando a estratégia do parcelamento e da Medida Provisória), os sindicatos estarão mais aptos a enfrentar, seja as demandas do novo e instável mundo do trabalho, seja os resultados da também complexa e polêmica Reforma Trabalhista, que visa à sua regulação. Além disso, devemos saber que capacidade terão os setores de esquerda que aceitarem a “nova estrutura”, atuando “por dentro”, e aqueles que optaram por dela se esquivar, ficando “por fora”, de se posicionar na disputa por corações e mentes dos trabalhadores, fazendo avançar sua luta.

#### LEIA MAIS...

>> Marco Aurélio Santana já publicou dois ensaios no Cadernos IHU Idéias. O material está disponível na nossa página eletrônica [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu).

Cadernos:

\* O mundo do trabalho em mutação: as configurações e seus impactos. Cadernos IHU Idéias, no 34 - 2005;

\* Trabalhadores e política nos anos 1950: a idéia de “sindicalismo populista” em questão. Cadernos IHU Idéias, no. 82 - 2007.



## Trabalho flexível: a crise das representações trabalhistas

José Ricardo Ramalho avalia com ponderação a relação entre as centrais sindicais e o governo

POR PATRICIA FACHIN

A flexibilidade das relações de trabalho significou “precarização do emprego, redução salarial e fragilização dos sindicatos”, considera José Ricardo Ramalho, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para ele, o modelo de trabalho pós-fordista tem contribuído para o aumento da produtividade, exigindo mais formação educacional dos funcionários, apresentando uma situação de vulnerabilidade para sindicatos e trabalhadores.

Ao avaliar a atuação do governo Lula, ex-sindicalista, em entrevista à **IHU On-Line** por e-mail, o pesquisador observa que está ocorrendo um “diálogo inédito com os sindicatos”. Mas, ressalta, essa proximidade pode gerar aspectos positivos, e negativos como uma reação “a retrocessos na legislação trabalhista”, garantindo a “presença permanente dos sindicatos como atores fundamentais no cenário político brasileiro”, ou negativos, caso as entidades percam seu poder de crítica.

Ramalho é mestre e doutor em Ciências Sociais, pela Universidade de São Paulo (USP), e pós-doutor, pela Universidade de Londres (UK) e pela Universidade de Manchester (UK). Atualmente, é professor do Departamento de Sociologia e do PPG em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**IHU On-Line - Qual é a sua avaliação sobre o modelo de trabalho aplicado no Brasil? O país ainda é visto como economia de mão-de-obra barata e produtividade alta?**

**José Ricardo Ramalho** - O Brasil é um país muito diverso em termos de suas atividades econômicas e, portanto, também tem um mercado de trabalho bastante diversificado. O crescimento continuado do país nos últimos anos, por exemplo, tem apontado para uma falta de profissionais em várias áreas, enquanto parece sempre haver trabalhadores sobrando quando há oferta de empregos menos qualificados. O que se pode dizer como característica geral é que os empregos estão cada vez mais flexíveis, que as empresas têm aplicado estratégias de produção mais enxutas, voltadas permanentemente para o aumento da produtividade e exigindo mais formação educacional e profissional dos seus empregados, e que os sindicatos e os trabalhadores estão enfrentando uma situação de grande vulnerabilidade.

**IHU On-Line - A insistência em produzir biocombustíveis e privilegiar grandes produtores do agronegócio, por exemplo, está contribuindo para a intensificação do capital em detrimento do trabalho?**

**José Ricardo Ramalho** - A produção de biocombustíveis pode ser uma alternativa energética mais limpa se comparada à energia produzida a partir do petróleo. Considero uma boa iniciativa, preservadas as áreas de mata, principalmente na Amazônia. Com relação ao trabalho, pelo que sei, está previsto nesse programa o envolvimento efetivo dos programas de agricultura familiar, com o objetivo de criar novos postos de trabalho nas pequenas propriedades. No que diz respeito aos grandes produtores, principalmente de cana-de-açúcar, mesmo com a crescente mecanização, a questão das más condições de trabalho permanece como um problema grave, exigindo uma ação mais enérgica principalmente por parte do aparelho do Estado.

**IHU On-Line - Alguns especialistas dizem que estamos caminhando para um modelo de trabalho pós-fordista. O senhor concorda? A lógica de desenvolvimento econômico aplicada pelo governo atua no sentido contrário, uma vez que subjacente a esse modelo estão grandes construções, como as hidrelétricas? Que novas formas de trabalho o senhor destacaria no país? Partindo da lógica do trabalho imaterial, a legislação trabalhista precisa ser reformulada? Como ficam as relações entre os trabalhadores e trabalhadores x empresas?**

**José Ricardo Ramalho** - Os princípios da flexibilidade, marca registrada do processo de reestruturação produtiva pelo qual passaram as empresas do sistema capitalista nas últimas três décadas, se adaptam às conjunturas econômicas e políticas dos diversos países. Na Europa, por exemplo, esse modelo, que pode ser chamado de pós-fordista, teve graves conseqüências sociais porque se introduziu em um mercado

de trabalho bastante formalizado e com um estado de bem-estar social implantado. É o emprego formal que confere ao trabalhador um sentimento de fazer parte da sociedade. O trabalho flexível e precarizado colocou em crise toda uma estrutura de proteção social e fragilizou os organismos de representação dos trabalhadores.

O Brasil enfrenta a flexibilização das relações de trabalho em condições completamente diferentes. Em primeiro lugar, o país nunca teve um estado de bem-estar social e a formalização do mercado de trabalho sempre foi parcial. A flexibilidade chegou num mercado de trabalho com fortes traços de informalidade. Por outro lado, nos setores formalizados, principalmente a indústria, a flexibilização das relações de trabalho, na maior parte dos casos, significou precarização do emprego, redução salarial e fragilização dos sindicatos.

Em termos de legislação, mudanças são necessárias para garantir um padrão mínimo de respeito aos direitos já conquistados pelos trabalhadores e para garantir que os sindicatos e as centrais sindicais tenham liberdade para exercer sua crítica e construir mecanismos de pressão contra tentativas de desregulamentação.

**IHU On-Line - Como o senhor recebeu a notícia do veto ao artigo que instituía a prestação de contas dos repasses da contribuição sindical? O movimento sindical deve ficar livre de controles externos? A não prestação de contas dos sindicatos significa, como disse Lula, conferir liberdade para os sindicatos atuarem com eficiência? Como os trabalhadores podem fiscalizar os sindicatos?**

**José Ricardo Ramalho** - Nesse episódio, no meio da disputa política nacional e da campanha sistemática de grande parte da mídia contra o presidente, os sindicatos foram claramente “criminalizados”, e seus dirigentes foram apresentados como corruptos por natureza. Algo semelhante com que já se faz há algum tempo com o MST. Toda a história recente do sindicalismo, sua presença fundamental e decisiva na história política do país, se resumiu a

**“A ratificação da  
Convenção 158 da OIT é  
outro ponto importante  
para evitar a  
precarização e o  
autoritarismo das  
empresas nas relações  
de trabalho”**

um grupo de aproveitadores querendo usufruir de modo indevido do dinheiro do Estado.

Os trabalhadores de cada categoria representada por um sindicato devem participar das instâncias de fiscalização existentes nessas instituições. Naturalmente, quanto mais ativo for um sindicato junto às suas bases, quanto mais ativo for politicamente, maiores são as possibilidades de que esses mecanismos de fiscalização funcionem. Portanto, nesse caso a mensagem é a de que o sindicato, ou a central sindical, com atuação efetiva junto às suas bases, que preserva mecanismos democráticos de funcionamento, está sob fiscalização permanente. Acredito que foi nesse sentido que houve o veto ao controle da CGU (Controladoria-Geral da União), ainda mais em se tratando de entidades de direito privado.

**IHU On-Line - Como o senhor percebe a atuação das centrais sindicais junto aos trabalhadores? E a relação com o governo?**

**José Ricardo Ramalho** - As centrais sindicais, no que diz respeito à vida dos trabalhadores, têm conseguido alguns avanços nos últimos anos. Ape-

sar de enfrentar as dificuldades de um mercado de trabalho cada vez mais flexibilizado, as centrais exerceram uma forte pressão junto ao governo e obtiveram mudanças importantes na política do salário mínimo, por exemplo, e nas negociações salariais com as empresas, quando em várias categorias conseguiram aumentos reais.

O fato de o presidente ser um ex-sindicalista tem garantido um diálogo inédito com os sindicatos, inclusive com a presença de vários representantes sindicais em cargos de governo. Essa proximidade pode ser problemática na medida em que essas entidades percam o seu poder de crítica. Por outro lado, pode ser aproveitada politicamente para reagir a retrocessos na legislação trabalhista e garantir a presença permanente dos sindicatos como atores fundamentais no cenário político brasileiro.

**IHU On-Line - Como o senhor percebe a negociação para a aprovação da emenda constitucional que reduz a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais? Segundo a proposta, os trabalhadores abririam mão de aprovar a ratificação pelo Brasil da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essas iniciativas são vantajosas para os trabalhadores?**

**José Ricardo Ramalho** - Não estou informado sobre os detalhes da negociação. De qualquer forma, posso dizer que a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais será uma conquista importante para os trabalhadores brasileiros. Esta proposta tem sido um dos principais itens da pauta sindical nos últimos anos e tem como objetivo principal criar mais empregos formais e reduzir a precarização nas relações de trabalho. A ratificação da Convenção 158 da OIT é outro ponto importante para evitar a precarização e o autoritarismo das empresas nas relações de trabalho. A oportunidade dessa negociação política cabe aos sindicatos avaliar, mas a aprovação tanto da redução como da ratificação da convenção 158 representaria um avanço significativo nas relações de trabalho no Brasil.

## Osasco: uma lembrança simbólica

Os sindicatos estão muito interligados com o Estado, prejudicando assim os interesses trabalhistas. As mobilizações deram lugar “aos lobbies que atuam nos corredores e nas ante-salas dos palácios”, avalia Francisco Weffort

POR PATRÍCIA FACHIN

“O sindicato de Osasco, como sindicato, limitou-se à greve. A participação política de alguns dos seus líderes e militantes é coisa paralela ou, mais ainda, posterior à greve”, comenta Francisco Weffort, sociólogo, ao recordar a greve de Osasco, em São Paulo. Para ele, o movimento cresceu depois dos anos 1970 e 80, mas acabou unindo-se a líderes e a partidos políticos. Assim, avalia, “o sindicalismo se tornou cada vez mais ligado aos governos” e “com a eleição do Lula, esta tendência se tornou ainda mais acentuada.”

Weffort é doutor em Ciências Políticas, pela Universidade de São Paulo (USP), na qual atuou como professor. Foi ministro da Cultura e do Estado durante o governo FHC, entre 1995 e 2002, e, entre 2003 e 2007, foi pesquisador do Instituto de Estudos Políticos e Sociais. Confira a entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line.

**IHU On-Line - O senhor participou da greve de Osasco? Quais são os limites de unir militantes e trabalhadores em plena ditadura?**

**Francisco Weffort** - Não participei da greve. Apenas pesquisei e escrevi um estudo sobre ela. A militância em plena ditadura tinha a evidente desvantagem de enfrentar os riscos da repressão. Mas tinha também a vantagem, não tão evidente, mas real, da clareza dos objetivos. Em princípio, o governo era adversário porque era ditatorial. Do mesmo modo, o patrão, que, até segunda ordem, era sempre um aliado do governo. Nestas circunstâncias, os militantes atuavam sempre (ou quase sempre) em defesa da democracia. A defesa dos interesses dos trabalhadores de certo modo coincidia com a defesa da democracia.

**IHU On-Line - Como o senhor descreve aquele momento político brasileiro? A correlação de forças com os militares e empresários foi desfavorável para o movimento sindical?**

**Francisco Weffort** - A correlação de forças era desfavorável ao movimento sindical. Do lado do governo, estava sempre a convicção de que toda greve era em princípio subversiva. Por isso, o movimento sindical tinha sempre um caráter suspeito aos olhos do governo. Mesmo os “pelegos”, os que se aproximavam mais do governo, eram duvidosos, do ângulo do governo. Todo o movimento da sociedade civil, exceto para apoiar o governo, era suspeito de desequilibrar a ordem política.

**IHU On-Line - Alguns militantes da época da greve de Osasco contam que a mobilização foi organizada a**

**partir das fábricas, mas com orientação política dos sindicatos. Como o senhor avalia esse momento? A orientação dos sindicatos era pertinente?**

**Francisco Weffort** - No caso de Osasco, em 1968, isso era verdade. O sindicato teve participação ativa na greve, embora disfarçada. Não podia admitir sua participação porque isso seria motivo de intervenção do Ministério do Trabalho, como de fato acabou ocorrendo. Creio que a orientação do sindicato era o que se poderia esperar de um sindicato numa democracia. Neste sentido, era normal e pertinente defesa salarial dos trabalhadores. O problema era que estávamos em uma ditadura.

Depois da greve — e em alguns casos mesmo antes —, alguns líderes se ligaram a grupos de ação armada, buscando responder com violência a

“Estamos recebendo enormes quantidades de investimentos desde a estabilização monetária do Plano Real e, não obstante, o emprego cresce num ritmo muito mais modesto. Um dos agravantes desta situação são os custos do trabalhador, do que está empregado, além do salário. Outro agravante são as dificuldades burocráticas para se admitir alguém, e mais ainda para se demitir alguém. É por isso que os sindicalistas aceitam abrir mão da Convenção 158 em troca de redução da jornada de 44 para 40 horas”

violência do regime. Essa orientação, que foi a de vários grupos de esquerda a partir de 1968, acabou levando a oposição a uma situação ainda mais desastrosa do que a que já conhecíamos desde 1964. Mas, note-se bem, o sindicato de Osasco, como sindicato, limitou-se à greve. A participação política de alguns dos seus líderes e militantes é coisa paralela ou, mais ainda, posterior à greve.

**IHU On-Line - O senhor percebeu mudanças na luta sindical brasileira, no decorrer desses 40 anos? A partir de que momento as transformações começaram e por quê?**

**Francisco Weffort -** O movimento cresceu muito depois de 1978. E particularmente depois de 1985. Cresceu e politizou-se, ou seja, aliou-se a líderes políticos e a partidos políticos, ou formou novos líderes e novos partidos. O Lula e o PT são os produtos mais importantes deste processo de politização do sindicalismo, mas não os únicos. Por outro lado, cresceu muito a participação do funcionalismo público, dos bancários, dos professores etc., tornando o movimento sindical basicamente um movimento de classe média. Além disso, o sindicalismo se politizou no sentido de que se tornou cada vez mais ligado aos governos, seja em nível municipal e estadual, seja em nível federal. Com a eleição do Lula, esta tendência se tornou ainda mais acentuada.

**IHU On-Line - Por que essas mobilizações entre estudantes e operários não ocorrem mais na conjuntura atual? O espírito militante está adormecido?**

**Francisco Weffort -** As mobilizações não ocorrem porque seus líderes estão todos no governo (seja este municipal, estadual ou federal). E, quando os líderes não estão no governo, eles estão perto, sempre com alguma influência. As mobilizações deram lugar aos lobbies, ou seja, grupos de pressão que atuam nos corredores e nas ante-salas dos palácios.

**IHU On-Line - O “novo sindicalismo”**

**perdeu força na sociedade atual? Qual é a sua principal dificuldade de se manter, atualmente?**

**Francisco Weffort -** O sindicalismo perdeu força, tanto o novo quanto o velho. Hoje os sindicalistas se tornam facilmente vereadores, deputados, senadores e até governadores e presidentes. Numa situação como esta, o sindicalismo tende naturalmente a perder força.

**IHU On-Line - Como o senhor percebe a negociação para a aprovação da emenda constitucional que reduz a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais? Segundo a proposta, os trabalhadores abririam mão de aprovar a ratificação pelo Brasil da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essas iniciativas são vantajosas para os trabalhadores? De que maneira essas mudanças podem alterar as relações entre empregados e empregadores?**

**Francisco Weffort -** O problema grave do tipo de capitalismo em que vamos entrando desde os anos 1990 é que o emprego cresce muito menos do que o investimento de capital. Estamos recebendo enormes quantidades de investimentos desde a estabilização monetária do Plano Real e, não obstante, o emprego cresce num ritmo muito mais modesto. Um dos agravantes desta situação são os custos do trabalhador, do que está empregado, além do salário. Outro agravante são as dificuldades burocráticas para se admitir alguém, e mais ainda para se demitir alguém. É por isso que os sindicalistas aceitam abrir mão da Convenção 158 em troca de redução da jornada de 44 para 40 horas. Creio que a redução da jornada pode resultar em mais descanso e lazer para quem está empregado, mas não creio que vá resultar em mais oportunidades para quem está desempregado. Ao invés de criar novos empregos, vai resultar em mais estímulos para o aprimoramento do padrão tecnológico das empresas.





INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# B.

## Destques da Semana



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# B.

## Destques da Semana

# Filme da Semana

O filme comentado nessa edição foi visto por algum/a colega do IHU.

Serras da desordem |

Ficha técnica |

Diretor: Andrea Tonacci |

Gênero: Documentário |

Tempo de duração: 135 minutos |

Ano de lançamento: 2008 (BRA) |

Resumo: É contada a trajetória do índio Carapiru, que escapa de um massacre de famílias de sua tribo, no Maranhão, e se refugia num vilarejo no sertão da Bahia, até ser encontrado por dois sertanistas. |

## Um olhar contra a violência

POR ANDRÉ DICK

No cinema brasileiro, tratar do preconceito em relação aos índios ainda é tabu. O cineasta que melhor havia retratado a questão era o argentino naturalizado brasileiro Hector Babenco,<sup>1</sup> no excelente *Brincando nos campos do senhor*, com um elenco de astros estrangeiros.<sup>2</sup> Até, a meu ver, o ítalo-brasileiro Andrea Tonacci,<sup>3</sup> em seu semi-documentário *Serras da desordem*, que dividiu o prêmio de melhor filme com *Anjos de sol* no Festival de Gramado de 2006. O fato de ter levado quase dois anos para ser lançado mostra o desinteresse, também do público, pelos indígenas. Infelizmente, sem muita divulgação, apesar das boas críticas, o filme de Tonacci não tem tido a recepção de outros documentários

inferiores ao dele, mas, com seu lançamento nos cinemas, é momento de corrigir o equívoco e abrir a ele o espaço merecido, pois trata-se de uma obra impecável do ponto de vista técnico (desde a montagem de Cristina Amaral, que a princípio parece caótica, mas é de qualidade singular, até a música de Rui Weber, que lembra um sentimento de solidão contemporâneo) e sobretudo narrativo.

Com rara sensibilidade, *Serras da desordem* trata da trajetória do índio Carapiru, que sobrevive ao massacre de famílias de guajás em 1977, colocando o próprio para reproduzir sua trajetória. Há imagens documentadas (sobretudo de jornais televisivos da Globo), mas na maior parte do filme o índio reenena sua peregrinação. Durante os 40 minutos iniciais, não há nenhum diálogo compreensível, ou seja, é mostrada a vida em sua tribo numa das serras do Maranhão, com crianças brincando em meio aos animais, homens e mulheres tomando banho num riacho. De repente, o primeiro sinal de outra civilização: um

avião sobrevoa as árvores da floresta. Em seguida, o ataque de alguns fazendeiros com espingardas, com o objetivo de exterminar os indígenas e ocupar suas terras. A cena que segue à fuga de Carapiru do local de extermínio é emblemática: ele corre até os trilhos de trem que cortam a serra onde habitava e espera, com um olhar perdido, o que seria o símbolo da modernidade passar. Nesses primeiros passos, delinea-se o que será *Serras da desordem*: um filme reflexivo interrompido por uma música que lembra o barulho de trens e aviões.

Depois dos minutos iniciais sem diálogos, entra uma música carnavalesca, mostrando imagens do país no fim dos anos 1970, com centenas de garimpeiros na Serra Pelada, os militares no poder, as hidrelétricas — representando o crescimento do país — e o Maracanã lotado. É interessante como Tonacci mostra esse salto do extermínio indígena para o que é considerado “moderno e avançado”. O diretor parece perguntar ao espectador o que seria o Brasil. Pois ele coloca o índio

1 Hector Babenco (1946): cineasta de origem argentina radicado no Brasil, dirigiu filmes como *Pixote - A lei do mais fraco* (1980), *O beijo da mulher aranha* (1985), *Ironweed* (1987) e *Carandiru* (2003). (Nota da IHU On-Line)

2 Embora não se deva esquecer de *Yndio do Brasil*, de Sylvio Back (1937). (Nota da IHU On-Line)

3 Andrea Tonacci (1944): diretor de filmes como *Blabláblá* (1968) e *Bang bang* (1970). (Nota da IHU On-Line)

no extremo da modernidade em que o país está ingressando, ou seja, o índio registraria uma mística inadequada à busca incessante pelo poder e pelo dinheiro. A calma com que ele retrata a tribo cria um contraponto com a velocidade exigida pelo mundo capitalista, o que pareceria até simplista, não fosse retratado com bastante eficácia.

Em seguida, Tonacci mostra a fuga do índio, até a chegada a um vilarejo na região de Barreiras, no sertão da Bahia, em que é bem recebido e começa a entrar em contato com a cultura do homem branco. Até a chegada — nada amistosa — do Incra, e, em seguida, dos sertanistas Sydney Possuelo<sup>4</sup> e Wellington Gomes Figueiredo, que o levam para a cidade grande. Esta trajetória, apesar de simplória, não impede que o documentário se sustente sobretudo em seu poder de captação de imagens, o jogo entre a fotografia colorida e a fotografia em preto-e-branco e o carisma do índio. O espectador não entende nenhuma palavra dita por ele, mas é simbólico o que o sertanista Possuelo afirma, à determinada altura: de que os gestos falam mais do que as palavras — diante de uma televisão em que passam imagens de guerras e da bomba atômica. No entanto, nada é simplista ou maniqueísta na obra de Tonacci: tudo é pensado com extrema discricção, e os gestos dos personagens buscam sempre a compreensão do espectador.

A aculturação pela qual passa Carapiru é muito bem retratada, revelando, ao mesmo tempo, a solidão de um povo entregue, por vezes, quase ao esquecimento por parte das autoridades. A ida do índio para Brasília, à Praça dos Três Poderes, revela a carga emocional que Tonacci quer dar a esse personagem real, o conflito entre a ordem da selva e a ordem da política, da organização, do mundo plano e mate-

mático que se abriga na cidade projetada por Niemeyer. Nesse sentido, não há como não pensar que sua obra também é uma crítica ao mundo obsessivamente arquitetado — e daquilo que implica justiça. Quando Carapiru se posiciona em frente às cataratas, ao lado de uma árvore, durante sua peregrinação, essa imagem se contrapõe ao avanço energético do mundo atual. Na sala de aula do pequeno vilarejo em que é acolhido, ele observa, um pouco a distância, as crianças aprendendo a ler e a escrever, sem conseguir se comunicar, a não ser por gestos. Em outro momento, assiste, num canal de televisão, a imagens de crianças vestidas de militares treinando na selva em contraponto com índios armados de espingarda e não mais de arco-e-flecha. Em vários momentos, Tonacci desenha esse embate entre a pura natureza e o mundo “sociável” do homem branco (por meio de elementos como a comida, o transporte e as brincadeiras) e às vezes traça uma interseção, quando o índio veste a camisa do Flamengo, ou seja, está inserido na falada cultura brasileira, em que o futebol é o “ópio do povo”.

Impressiona, nesse sentido, como o índio Carapiru reinterpreta sua trajetória diante das câmeras de maneira irretocável. Do mesmo modo, os outros personagens — que realmente existem — ajudam a contar esta história com uma economia de gestos e falas que impressiona, pois todos estão conscientes de estarem posicionados diante das câmeras. Nenhum participante é flagrado em algum momento artificial ou menos interessante. Trata-se de um cinema exemplar no sentido da concentração e da reflexão, que dificilmente seria reproduzido em outra cinematografia. A trajetória de Carapiru não deixa de ter alguns pontos de contato com o *road movie* brasileiro, de transformação e perda, como se percebe sobretudo nos filmes de Walter Salles,<sup>5</sup> como *Central do Brasil*, ou seja, a constatação de que o indivíduo se desloca e é estranho em sua própria terra.

5 Walter Salles (1956): cineasta brasileiro, dirigiu filmes como *A grande arte* (1991), *Terra estrangeira* (1995), *Abril despedaçado* (2001), *Diários de motocicleta* (2004), *Água negra* (2005) e *Linha de passe* (2008). (Nota da IHU On-Line)

Além disso, a natureza, ao longo de toda a metragem, compõe como que outro personagem: o pôr-do-sol misturado às árvores sendo queimadas lidam com um caminho poético, em que as imagens — desta vez, como gestos — atuam na linguagem cinematográfica. A própria relação do índio Carapiru com outros personagens é construída com empatia que poderia soar artificial e, no entanto, reforça bastante a compreensão que temos diante de uma civilização que nos parece estranha, mas é parte da nossa constante construção — e, em alguns momentos, destruição. Tonacci já havia lidado com a temática indígena em *Conversas no Maranhão*, e em seu novo filme consegue reelaborá-la de forma contemporânea, abrindo espaço para uma nova discussão. Cada um dos pontos é bem explorado, e o espectador segue a narrativa curioso em saber sobre o destino de Carapiru, o que leva a se interessar pelo destino dos povos indígenas.

*Serras da desordem* não é um filme com mocinhos ou vilões evidentes. O fogo que abate as florestas e incomoda quem visa à preservação é o mesmo que perturba o índio, perdido em meio a uma civilização que não lhe pertence. Não há estado que não tenha sido fundado pela violência, e o que mostra Tonacci é ainda mais contundente: o homem funda a violência por negar o outro, que não deseja, é óbvio, ser anulado, pois representaria a perda de sua cultura e de si mesmo. E o espectador, em determinado momento, levado pela sensibilidade narrativa, se coloca no lugar do índio, quando, finalmente, conclui sobre como, aos poucos, está sendo abandonado pela esperança e que, às vezes, é preciso ir na direção contrária do trem e da dita civilização. Certamente esta fuga não é fácil nem muitas vezes viável, mas é visível que, quando se expulsam indivíduos de suas terras e culturas são violadas, a desordem do que nos cerca é evidente. O olhar sensível de Andrea Tonacci, posicionado contra a violência, é um elemento contundente de reflexão para os dias atuais.



# Invenção

Editoria de Poesia

## Andréa Catrópa

POR ANDRÉ DICK

A poeta Andréa Catrópa nasceu em 1974, em São Paulo (SP). É mestre em Teoria Literária e Literatura Comparada, pela FFLCH-USP, e uma das editoras do jornal de literatura contemporânea *O Casulo*. Coordena, além disso, a série de programas de rádio *Ondas Literárias*, que tem o apoio da Secretaria de Estado da Cultura e irá ao ar de março a setembro de 2008 em São Paulo. Além de integrar a coletânea *8 femmes* (São Paulo: Papel de Rascunho, 2006), organizada por Virna Teixeira, foi uma das organizadoras da *Antologia vacamarela - 17 poetas brasileiros do XXI* (São Paulo: Edição dos autores, 2007). Seu livro de poemas, *Mergulho às avessas* (São Paulo: Lumme Editor), se encontra no prelo.

Catrópa é uma das poetisas mais originais de sua geração. Possuindo um verso com imagens de impacto e um senso sobre a linha tênue entre a realidade e o surrealismo do mundo moderno – sobretudo o da cidade grande, que enxerga com um olhar diferenciado, visualizando o caos –, ela compõe uma poesia de alta voltagem. Ao mesmo tempo, constrói uma dissolução entre poesia e prosa, com textos poéticos com sentido narrativo e narrações com jogos de metáforas, dominando tanto o verso curto quanto o verso longo. Ao mesmo tempo, Catrópa utiliza um senso de humor corrosivo em suas composições, brincando com tabus da sociedade. Não desaparece o “eu lírico”, mas esse nunca conduz o poema a uma linguagem em que passa a ser visto como confissão, procurando, às vezes, até a auto-ironia. Isso porque a poeta lida de maneira especial com imagens fortes, sobretudo remetendo a

um indivíduo que se encontra solitário, antes ou depois do parto. O título de seu livro, *Mergulho às avessas*, exemplifica bem tal caminho. A poeta, ao mesmo tempo que deseja mergulhar no mundo, procura se refugiar dele. Esse refúgio, entretanto, a conduz sempre de volta às coisas das quais tenta, a princípio, escapar, e tanto emocional quanto reflexivo, está presente em poemas como “pulso”: “luz fraca / buscando uma fresta por / onde converter o dentro em / fora / / filho / em suas mucosas em / seus canais congestionados / está o meu avesso / / ou início / no feto que não fui / flutuando no abrigo da / solidão”.

Com certo olhar negativo, Catrópa, ao se situar naquela linha tênue entre a realidade e o surrealismo, acaba compondo também um panorama estranho sobre a contemporaneidade. Seus versos não tentam elucidar as questões filosóficas que os cercam, mas compõem novas perguntas, que, impreterivelmente, ficam sem respostas. O que se constata, diante de seus poemas, é que o mundo sempre traz falhas, mesmo que elas não estejam evidentes, na superfície. Mesmo a infância é descoberta sob uma visão ligada à morte, como em “Museu del joguet”: “os fantasmas que inventamos para vencer a matéria / quando o corpo sob lava / é pedra / / quis ver o que você veria – / transfusão de olhos – mas não / encontrei meu temor / só a chuva seca / das crianças de 1920 / e seus brinquedos conservados / como peças de museu”.

Um certo traço lúdico é sempre corrompido pela negatividade, e a saúde acaba por se render à doença. Não por acaso, sob influência pictórica, ela de-

senha, no seu poema “Frida”, um retrato sobre a pintora mexicana que teve problemas de saúde durante sua vida: “primórdios da vida / sobre rodas / / cachucha Kahlo / desvia do rumo / não-traçado no bonde com destino à tela / / nela vértebras / do sofrimento, espadas do amor / em cores / / páginas cujas palavras são / abortos em flor / caveiras num baile / diário da suicida que exhibe vísceras / / a morte ladra / rouba-lhe dores, e o que será dela, / rara señorita, / cicatrizada a sua ferida?”.

No entanto, a poeta não utiliza tal caminho para oferecer uma lição de vida, e sim para revelar que há uma verdade submersa em todas as coisas. Mesmo na paisagem vista como comum, ela descobre uma certa violência desagradável das coisas, como em “Urbanismo utópico”: “mulheres machucando o asfalto com saltos, / homens asfixiando a paisagem com carros – vagabundos observam exalando o cheiro esquecido / da cidade”. Toda a violência, no entanto, parece uma espécie de despiste para a nostalgia, visível no poema “1979”: “recupero o cheiro o ritmo de algumas / ruas da infância – o sol estendendo os raios / preguiçosamente como os gatos que eu perseguia / com os olhos sob arbustos nos jardins / das vizinhas com cabelos enrolados sob / lenços / / atrás das grades as mulheres, sempre velhas / acenando sorrindo com o propósito secreto / de vislumbrar no meu caminho seus pés / de criança”. Infância que parece representar o “mergulho” mais evidente no trabalho de Catrópa, que enviou alguns poemas inéditos especialmente à IHU On-Line.

*pour faire le portrait d'un poème ideal*

era o alvorecer  
e o sol mais intenso  
uma paixão de descompasso  
as penas as glórias e os sabotadores  
da história  
a pequenez dos homens altos e a  
grandeza das mulheres baixas  
o gozo e o riso dos sem dentes  
era minha infância tataravós e escola  
teus sapatos altos debaixo da cama  
varridos junto com o medo  
a poeira acumulada  
e que sempre retorna  
a mônada que nos cabe  
certamente tudo que não  
este deserto

**contágio**

dia bem claro, zumbis esquivos. mas para onde iriam? a luz e a escuridão são para eles absoluta dualidade, não encerram futuros ou relógios. acordam na noite, miram a lua como mariposas. quando chega o sol, são ícaros. antes de perder as asas, se escondem. sabedoria inata. inocência do malefício. querem carne. porque assim deve ser. não questionam nada. vagam com dentes afiados – e só com a dor alheia podem se manter.

**autópsia**

desfolhando meus olhos  
com seu bisturi em chamas  
encontrará dois globos  
vazios  
de imagens  
vasculhando  
um pouco  
mais  
este corpo  
nos vãos ou ali  
entre as vértebras  
sentirá o cheiro de um susto  
e descobrirá a quase gêmea  
ancestral que  
antes de alcançar a caverna  
foi devorada por ursos

**legítima defesa**

o que eu quero é incomodar. dependendo do ponto-de-vista, há criaturas que só vivem para isso: a ferroadada, o desconforto, o mal estar. entenda minha intenção. este é só um carinho diferente, talvez inverso. não sou tímido o bastante para me calar. as palavras rumam para a boca como um exército de formigas. furiosas. espalham-se, deleite precoce. e o arrependimento é igualmente curto para que eu me esqueça e repita tudo como da primeira vez. como se os deuses tivessem ressuscitado para me dar uma punição exemplar. as formigas. se não as liberto, é contra mim que se voltam.

## Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

**Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)) de 22-04-2008 a 26-04-2008.**

**Privatizar para tornar público. O discurso dos jornais brasileiros**

**Entrevista com Fernando Felício Pachi Filho**

**Confira nas Notícias do Dia 22-04-2008**

O doutor em Linguística analisou o discurso dos principais jornais brasileiros durante o processo de privatização das telecomunicações no país.

**Zoneamento Ambiental do RS: um faz-de-conta**

**Entrevista com Paulo Brack**

**Confira nas Notícias do Dia 23-04-2008**

Para o doutor em Ecologia, o novo zoneamento é um faz-de-conta que está desprotegendo o meio ambiente gaúcho.

**Entre a cidadania teológica e a esquizofrenia acadêmica**

**Entrevista com Ricardo Willy Rieth**

**Confira nas Notícias do Dia 24-04-2008**

Ao comentar a legalização da profissão, o teólogo afirma que, a partir de 1999, a teologia alcançou uma espécie de cidadania acadêmica.

**Novas tecnologias: uma porta para a democratização dos meios de comunicação**

**Entrevista com Guillermo Mastrini**

**Confira nas Notícias do Dia 25-04-2008**

O pesquisador argentino reflete sobre o papel dos meios de comunicação, sobre o acesso às novas tecnologias e sobre as políticas públicas que precisam ser implementadas para o bom uso delas.

**Um caminho de acesso a Deus**

**Entrevista com Vitor Galdino Feller**

**Confira nas Notícias do Dia 26-04-2008**

Para o doutor em Teologia, os projetos que tramitam para profissionalização do teólogo desrespeitam a história da teologia e deixam a impressão de que toda religião é racional.

### Análise da Conjuntura

A Conjuntura da Semana está no ar. Confira no sítio do IHU - [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)

A análise é elaborada, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT - com sede em Curitiba, PR, em fina sintonia com o IHU

acesse

[www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)





UNISINOS



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# C.

## IHU em Revista



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# C.

## IHU em Revista

# Agenda da Semana

Confira os eventos dessa semana, realizados pelo IHU.  
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU  
([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)).

**Dia 29-04-2008**

*Cinema e Saúde Coletiva III: mulheres e seus múltiplos desafios*

Exibição do filme *O piano*, de Jane Campion (1993)

Debatedora: Sônia Maria Bley - Associação Clínica Freudiana de São Leopoldo - Coordenadoria da  
Mulher/São Leopoldo

Horário: Das 19h15min às 22h

Local: Sala 1G119 - IHU

VOCÊ JÁ IMAGINOU QUE  
ALGUM DIA FALARÍAMOS EM  
FUTURO PÓS-HUMANO? OU,  
ALGO MAIS SURPREENDENTE,  
QUE HOMENS E MÁQUINAS  
PODERIAM SER UM SÓ:  
HÍBRIDOS?



ESSA DISCUSSÃO ESTARÁ PRESENTE NAS CONFERÊNCIAS E MINI-CURSOS DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL **UMA SOCIEDADE PÓS-HUMANA? POSSIBILIDADES E LIMITES DAS NANOTECNOLOGIAS**. O EVENTO ACONTECERÁ NA UNISINOS ENTRE OS DIAS 26 E 29 DE MAIO DESTE ANO. A PROGRAMAÇÃO COMPLETA DO ENCONTRO JÁ PODE SER CONFERIDA ATRAVÉS DO NOSSO SÍTIO [WWW.UNISINOS.BR/IHU](http://WWW.UNISINOS.BR/IHU).

## O preço do silêncio: mulheres que se calam sofrem conseqüências violentas nas relações conjugais

“Onde a voz cala, no sentido do dizer e de suportar escutar o outro, o corpo e as relações padecem”, afirma Sônia Maria Bley, sobre o comportamento silencioso de algumas mulheres, diante de agressões no âmbito familiar

POR BRUNA QUADROS

**N**a próxima terça-feira, dia 29 de abril, acontece a exibição do filme *O piano* (1993), de Jane Campion. A atividade integra a programação do evento Cinema e Saúde Coletiva III: mulheres e seus múltiplos desafios. Quem conduz o debate posterior com o público é a psicanalista Sonia Maria Bley, psicóloga e pós-graduada em Filosofia da Linguagem e Teoria do Conhecimento pela Unisinos. Além de ser diretora clínica da Associação Clínica Freudiana de São Leopoldo, tem consultório de psicanálise em São Leopoldo e Novo Hamburgo. Ao falar sobre o filme *O piano*, na entrevista que segue, concedida por e-mail, ela afirma que “o feminino e o masculino, no filme, manifestam não estarem livres de uma formatação cultural da época. Para o homem se tratava de colocar uma mulher ‘sem voz’, em todos os sentidos, no lugar preconcebido e sem brechas do que seria uma esposa”. E, sobre a mudez da personagem central da trama, Sonia declara: “Onde a voz cala, no sentido do dizer e de suportar escutar o outro, o corpo padece e as relações padecem”. Confira a entrevista:

**IHU On-Line - Em *O piano*, a personagem central decide parar de falar aos seis anos de idade. Podemos atribuir esta opção ao rumo que a sua vida tomou, tendo em vista, também, mais tarde, que ela se submete a um casamento arranjado, o que muda completamente o seu destino?**

**Sônia Bley** - Pode-se pensar que o que vem depois, por exemplo, quando suporta começar a ouvir a sua voz, reordena o destino de até então, que incluía o mutismo co-extensivo ao casamento arranjado. Ou seja, só é possível supor que o seu deixar de falar aos seis anos de idade tenha sido da ordem do emudecimento, diante de algo onde a fala perde o valor, ou fica supervalorizada num “sem-lugar”, a não ser

como denúncia de impotência. Nesse sentido, seu destino muda quando ela consegue “desarranjar” o casamento. Porém, essa sua grande expressão, mesmo não veiculada, propriamente por uma fala, cobra seu alto preço.

**IHU On-Line - Como você avalia a questão da liberdade feminina que, em *O piano*, ficou sufocada pela opressão exercida pela figura masculina?**

**Sônia Bley** - O feminino e o masculino, no filme, manifestam não estarem livres de uma formatação cultural da época. Para o homem, se tratava de colocar uma mulher “sem voz”, em todos os sentidos, no lugar preconcebido e sem brechas do que seria uma esposa. A ele, portanto,

não cabia a liberdade de viver uma relação de trocas com a mulher enquanto sujeito e sim cumprir um protocolo que incluía, igualmente sem furo, uma concepção para si, de homem voltado para suas ambições. Tanto que, para o marido, não fazia diferença se a esposa era muda ou não. Mesmo porque a primeira e única manifestação peculiar a ela, de levar o piano consigo, não teve e, talvez, não tivesse acolhimento, mesmo que ela falasse. Então, esse silêncio era providencial para sua condição de mulher, dentro daquele modelo de casamento. O lugar estava pronto para ambos, bastava conformar-se a ele. O marido diz, num dado momento: “...eu pretendia amar você...”, e tudo iria para seu lugar previamente delimitado. O



que desconcerta, no entanto, é que a mulher destoa do cenário pronto, reduzido e montado para o casamento, ou seja, ela fala demais, nesse sentido, mesmo no seu emudecimento. Isso, por não ter lugar de fala nem para o homem, custa a ela ter sido violentamente cortada de uma parte de seu corpo que, de alguma forma, dava seu “toque” de manifestação singular. E quando, minimamente, essa leitura do que seria o desejo dela pôde ser feita pelo marido, ele supôs que isso teria passado por um “sussurro”. Algo muda junto a outro homem, onde passa a existir um lugar para o que ela sentia.

**IHU On-Line - Assim como em *O piano*, hoje em dia, ainda é comum que as mulheres prefiram silenciar, principalmente diante de circunstâncias de agressão familiar. Ao que se deve este comportamento? Por que as mulheres preferem sofrer, por causa do seu próprio silêncio? Há alguma circunstância em que se calar seja a melhor saída?**

**Sônia Bley** - Existem vários tipos de silêncio. Considerar o silêncio, no sentido do serviço que presta à situação, dependerá do contexto em que ele tem lugar. Em muitas circunstâncias, alguém de fora de uma situação não compreende nem aceita facilmente o pacto silencioso, que é estabelecido com a agressão ou a violência. Obviamente que a alteridade disso seria a tentativa de desfazer esse pacto. Ocorre que, não raras vezes, a pessoa envolvida não consegue perceber ou produzir sozinha uma abertura suficiente, na complexidade do seu cálculo inconsciente, para desaferrar-se de algum ganho ou acomodação que lhe é singular, mesmo no sofrimento. Esse ganho, por mais estranho que seja, é a força mais ativa, mantida na aparente passividade.

**IHU On-Line - A música e o piano são duas grandes paixões da protagonista. No entanto, para ter de volta o seu instrumento musical,**

**a personagem se rende a uma relação afetiva extraconjugal. Este fato fortalece a idéia de que as mulheres ainda são vistas por alguns homens apenas como objeto de desejo e manipulação?**

**Sônia Bley** - De início, a personagem submete-se a uma espécie de contrato de compra e venda. Porém, algo do desejo que ultrapassa essa relação se impõe. É no momento

“Em muitas  
circunstâncias, alguém  
de fora de uma situação  
não compreende nem  
aceita facilmente o  
pacto silencioso que é  
estabelecido com a  
agressão ou violência”

em que Beines consegue vê-la, não mais como um objeto de satisfação e “manipulação”, em que ela se permite expressar, ao mesmo tempo, seu repúdio à proposta anterior e considerar aquilo que nasce para ela enquanto sentimento por ele. Que as mulheres sejam vistas e/ou se pretendam objetos de anseios de completude masculina é sempre uma possibilidade que constatamos

através dos tempos. No entanto, o filme possibilita uma virada nisso, quando Beines desiste de mantê-la, por chantagem, naquilo que a situa como “prostituta” e a si mesmo como um “desgraçado” e submete-se ao que pode advir do querer dela: “...se não sentires nada por mim vá...” Aí ela escolhe.

**IHU On-Line - A personagem central do filme tem a sua filha como aliada para enfrentar as consequências das suas escolhas. De que maneira a família contribui para o fortalecimento dos indivíduos, principalmente de mulheres vítimas de violência doméstica e que acreditam não haver solução para transformar a sua realidade?**

**Sônia Bley** - Onde a voz cala, no sentido do dizer e de suportar escutar o outro, o corpo e as relações padecem. Às vezes, algum membro do grupo familiar consegue uma distância mínima daquilo que, de outra forma, seria a convivência com a manutenção da violência e apóia na busca de alternativas de auxílio. Um passo importante é conseguir que as pessoas implicadas como agressores e vítimas busquem ajuda para se repositarem frente aos seus atos.

**IHU On-Line - E quais são os impactos psicológicos para uma criança que acompanha a violência dentro de casa, na qual a mãe é a vítima?**

**Sônia Bley** - A criança é um sujeito psíquico em constituição, sendo, por isso mesmo, a parte mais frágil no grupo familiar. Disso decorre que, em muitos momentos, ela denuncia, pelo seu comportamento, de forma mais aguda, a sintomatologia familiar. Ou seja, busca mostrar, nos espaços que se apresentam para suas manifestações aquilo que não vai bem. Um cuidado para com a criança é de que esse apelo possa ser lido de alguma maneira, pois é endereçado para ser considerado pelo outro, por alguma alteridade. Do contrário, pode estar implicado ter como escolha alguma cristalização do lugar de agressor, de vítima e mesmo de espectador da violência.

# Perfil Popular

A cada edição, a história de um membro da comunidade.

## Edson André Cunha Tomassin

POR BRUNA QUADROS E PATRICIA FACHIN

A infância simples na Vila Brasília, periferia de Porto Alegre, sua cidade de origem, deixou importantes marcas na vida de Edson André Cunha Tomassin, 33 anos. Nada que seja lembrado com mágoas, mas como um impulso para o trabalho que ele desenvolve hoje, junto aos jovens da periferia de São Leopoldo. Embora Edson reconheça que o seu esforço e engajamento em prol da juventude têm grande valor, ele avalia que este caminho não é o suficiente. “Mas sinto falta de políticas públicas continuadas, que não tragam apenas projetos de qualificação por seis meses ou um ano, mas sim, acompanhamento da vida dos jovens, no exercício da sua compreensão como cidadão, a longo prazo”. No último dia 25, Edson foi ordenado padre e, em visita à redação da IHU On-Line, contou, com entusiasmo, a sua trajetória, dedicada aos universos eclesial e social. Confira.

“Meu tripé de caminhada é pensar a comunicação, a juventude e a arte”, relata Edson. Uma das provas deste engajamento com os jovens é a ONG Trilha Cidadã, com sede em São Leopoldo, que nasceu do sonho de dialogar com a juventude dentro de universos eclesiais e sociais. “É uma ONG fruto de lideranças das Pastorais da Juventude do Rio Grande do Sul, que pensa e reflete a juventude, em parceria com o Observatório Juvenil do Vale e o projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários, do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.”

Entre as propostas de trabalho da entidade, está a Economia Solidária, o que ele considera um grande desafio. “É um processo que nasce desde o entrosamento do jovem dentro do universo da Economia Solidária, de acreditar que esta é uma via de sustentabilidade, até o universo de pensar o jovem como um sujeito de protagonismo, a partir das suas identidades”, ressalta. O foco do grupo é ser referência no trabalho com a periferia. “A nossa idéia é viver essa pequenês estrutural, se não a gente cai em contradição, no elitismo e no aburgue-

samento. Somos alternativos demais, do ponto de vista de criar essa simplicidade de vida e acolher a diversidade da vida, além de aceitar dialogar diversas temáticas que na sociedade ainda não é aceita”, destaca Edson.

Embora o fôlego para manter a ONG seja intenso, há fatores que são decisivos para manter os jovens no caminho do aprendizado e do crescimento social. “Nós começamos com 150 jovens, em programas públicos para geração de trabalho e renda para a juventude, na área da qualificação, que foi o ‘Consórcio Social da Juventude’ e o ‘Juventude Cidadã’. No início, assumimos 20 jovens e hoje temos apenas alguns desses participando.” No entanto, o desinteresse não é voluntário. “A estabilidade se dá pelo fato de que eles têm a bolsa de auxílio. Quando isso acaba, se vê, de fato, quantos estão dispostos. Ao longo da caminhada há uma construção de consciência de cidadania, de que ‘eu’ sou sujeito de direitos e tenho condições de gerar alguma coisa.”

Hoje, além de atuar na ONG, Edson



PATRICIA FACHIN

é professor de ensino religioso em uma escola e trabalha como assessor de grupos de jovens. “Nós estamos fazendo uma grande campanha de mobilização de grupos de jovens em toda a zona norte de São Leopoldo.” E todo este esforço não é em vão. “Ou mobilizamos uma juventude para ser protagonista a partir da vida, ou teremos os índices de relação de juventude com a violência constituída pelo tráfico de drogas dentro das vilas”, salienta. Assessorar a diocese da Pastoral Carcerária em Novo Hamburgo também faz parte da caminhada de Edson. “Acompanhei muito tempo os presídios, através da Pastoral Carcerária, o que originou a minha monografia na Filosofia: ‘os encarcerados e a libertação’.”

A cultura religiosa tem origem na família de Edson que, aos 12 anos de idade ingressou no Seminário de Gravataí. “Fiquei com medo do padre, quando ele perguntou se eu queria entrar”, brinca ele. “Mas depois não me arrependi.” Foi durante o tempo de seminarista que Edson cursou Filosofia. Hoje, ele se orgulha do caminho que trilhou. E não é só o presente que o entusiasma. Ao olhar para trás, ele percebe

os doces sabores que a vida já lhe permitiu sentir. “Uma das coisas que eu guardo são as brincadeiras de mocinho e bandido, que ainda não eram um ato violento. Também teve a época de jogar bolita e dos carrinhos de lombo. Com os vizinhos, aos seis anos, eu montava teatrinhos: presépio, história do coelhinho da páscoa. Uma das características gastronômicas era não almoçar e comer mingau de chocolate”, relembra.

**Momentos marcantes** - Edson conta que sua família é numerosa: são 11 irmãos; 10 legítimos e um adotivo. “Quando meu irmão adotivo chegou, foi uma experiência conflitiva, porque eu era o nenê.” Quando estava com 10 anos de idade, a lei da vida deixou um vazio que jamais será preenchido, tanto para a família, quando para Edson. “A morte do meu pai foi a dor mais forte que já senti.” A dor de ter perdido dois amigos e colegas de turma em acidentes também marcou a trajetória de Edson. Outro fato que marcou pela tristeza foi a demissão do cargo de coordenador de cultura do município de Estrela, em 2001. “Fazíamos muita coisa, mesmo sem dinheiro. Mas a Prefeitura decidiu que eu saísse, mostrando que havia uma incompatibilidade de projetos entre aquilo que estava sendo construído e aquilo que eles compreendiam, que era aquela idéia da cultura mais tradicional.”

**Sonho** - “Vou para a área do mestrado e do doutorado sonhando a linha do trabalho da comunicação, juventude e arte. Quero defender as expressões artísticas como sendo a melhor estratégia comunicativa na relação com a juventude.”

**Política brasileira** - A força de mobilização dos movimentos sociais tem muito valor para Edson. “Mas sinto falta de políticas públicas continuadas, que não tragam apenas projetos de qualificação por seis meses ou um ano, mas, sim, acompanhamento da vida dos jovens, no exercício da sua compreensão como cidadão, a longo prazo.” Edson reconhece que o governo federal tem feito muita coisa boa. No entanto, para ele, “é injustificável um movimento de esquerda justificar a transposição do Rio São Francisco, em troca de alianças políticas”.

## Sala de Leitura



“Atualmente, leio, com um grupo de estudos semanal no IHU, o livro *Multidão: guerra e democracia na era do império*, de Michael Hardt e Antonio Negri (Rio de Janeiro: Record, 2005, 530 p.). O livro relaciona-se a *Império* (Rio de Janeiro: Record, 2001), publicado por esses autores. A multidão é compreendida como um sujeito político atual que pode realizar a democracia, que é capaz de pensar em novas formas de ação coletiva, que não tem uma unidade política (e, por isso, alguns conceitos ficam ultrapassados, como o de classe trabalhadora e proletariado, pois já não dão conta das complexidades contemporâneas que envolvem, por exemplo, etnia, raça e gênero); que não pretende ser maioria ou governo; que se expressa como uma reunião de minorias atuantes; que pretende obstruir os mecanismos clássicos de representação política. É a possibilidade de democracia frente à atual ordem mundial, forjada pelo império, que forma uma comunidade globalmente conectada. Nela, convergem diferentes grupos e indivíduos, os quais formam uma resistência. Deixam de ser uma identidade única, como no conceito de povo, ou um grupo em que todas as diferenças são submersas, como no conceito de massas, mas, sim, formam uma multidão, que pode construir uma outra forma de viver coletivamente.”

Gilberto Faggion é mestre em Administração pela UFRGS. Atualmente, coordena o Programa (Re) Pensando a Economia, do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, e é professor nos cursos de Administração e Cooperativismo da Unisinos.



“Estou lendo Na casa de meu pai: a *África na filosofia da cultura*, de Kwame Anthony Appiah (Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, reimpressão maio de 2007, 304 p.). O autor, nascido em Gana, lecionou nas universidades de Yale, Cornell e Duke e, atualmente, é titular dos estudos afro-americanos e de filosofia na Universidade de Harvard. O livro está organizado em nove ensaios, em quatro conjuntos e, ao mesmo tempo, faz uma abordagem interdisciplinar (trazendo questões da biologia, filosofia, crítica e teoria literárias, antropologia, sociologia e história intelectual e política), que discute idéias africanas, norte-americanas e européias sob o aspecto intercultural. Nos dois primeiros capítulos, que formam o primeiro conjunto, o autor explora o papel da ideologia racial no desenvolvimento do pan-africanismo. O terceiro e quarto ensaios são dedicados à indagação de como as questões referenciais à identidade africana figuram na vida literária da África. O quinto ensaio – considerações sobre a moderna filosofia africana – e o sexto – a religião “tradicional” – constituem-se no terceiro conjunto. O último conjunto de capítulos levanta questões de política e identidade.”

Rosa Maria Serra Bavaresco é licenciada em História, pela PUCRS, e bacharel em Direito e mestre em Ciências Sociais, pela Unisinos. Atualmente, desenvolve suas atividades no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, onde coordena o Programa IHU Fronteiras.

# IHU Repórter

## Mario Henrique Macagnan

POR BRUNA QUADROS

Nesta semana, quem conta a sua trajetória de vida à revista **IHU On-Line** é o Prof. Dr. Mario Henrique Macagnan, coordenador do curso de Engenharia Mecânica da Unisinos. O início da rotina de sala de aula, como professor, foi um tanto difícil: ele precisou vencer a timidez. Natural de Cruz Alta, no interior do Rio Grande do Sul, ele aprendeu cedo o que era trabalho, ajudando o seu pai. O esforço também sempre foi uma marca forte nos seus estudos, que chegaram a dividir espaço com competições de voleibol. Ao relatar sua história, ele demonstrou insatisfação com o atual cenário político do país. Confira a seguir.

**Origens** - Nasci em Cruz Alta, no interior do Estado. Estou com 49 anos e sou o mais velho de dois irmãos. Com três homens adolescentes em casa, havia sempre muita briga. Mas hoje nos entendemos bem. Minha família era numerosa. Meu pai tinha seis irmãos, era comerciante, dono de um supermercado, e sempre trabalhou muito. Nas férias, eu e meus irmãos o ajudávamos no trabalho.

**Infância** - Gostava de jogar bola e caçar passarinho, o que hoje já não se faz mais. Naquela época, se buscava gado para matar. Depois dos 10 anos, mais ou menos, eu já ajudava nisso também, e acordava às 5 horas para ir buscar porco. Pegava o porco no braço para botar na Kombi e levar para a cidade.

**Estudos** - Sempre tive notas boas. Isso até os 14 anos, quando comecei a

“Quando se pensa que a situação está estável, não se luta mais”

me envolver com esporte, jogava vôlei, de forma muito intensa. Com isso, deixei os estudos um pouco de lado. Mas sempre fui cobrado, minha mãe era muito rígida. Cursei o 2º e o 3º ano em Santa Maria. Dividíamos um apartamento de dois quartos entre seis pessoas. Lá, jogava muito mais do que em Cruz Alta. Chegamos a disputar o primeiro campeonato gaúcho com um clube que era da Universidade de Santa Maria. Serviu como uma experiência bastante interessante, porque eu sempre gostei de competir.

**Graduação e pós-graduação** - Em

1978, eu e um dos meus irmãos fomos morar em Porto Alegre. Foi uma época muito ruim, devido a uma seqüência de problemas – em novembro faleceu meu tio e no primeiro dia de vestibular morreu o meu avô. Acabei fazendo o curso na Unisinos. Meu pai sempre foi de fazer muita coisa: janela, porta, armário, consertava uma máquina. Eu sempre estava ajudando ele e me chamou a atenção. Me formei em julho de 1984. Já naquela época se falava no mestrado. E um ano depois fui para a UFRGS, seguir os estudos na área de Engenharia Mecânica. Foi uma outra experiência. O nível de